

## **004ª SESSÃO ORDINÁRIA 11FEV2019**

**(Texto com revisão.)**

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

**Vereador Cláudio Janta (SD) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dos jovens atletas e profissionais do Flamengo Futebol Clube, que morreram no trágico incêndio que houve no local conhecido como Ninho do Urubu, e também ao jornalista Ricardo Boechat, que faleceu num trágico acidente aéreo hoje.

**Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento):** Sra. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Iole Cesa Longo, mãe do presidente da Agas, Antônio Longo, cujo sepultamento será às 18h de hoje.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, acabamos de fazer um minuto de silêncio pelo incidente ocorrido nesse fim de semana, no Rio de Janeiro, com jovens, crianças que tinham o sonho de ver seus nomes aparecerem nas rádios, jornais, televisão, sonho de virarem astros, estrelas do nosso futebol do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo. Temos centenas de jogadores jogando na Europa, França, Espanha, Itália, Inglaterra, União Soviética, Estados Unidos, México, em toda América Latina e América do Norte – no mundo inteiro nós temos representação do nosso futebol brasileiro. No caso de Brumadinho, quando mais de cem pessoas morreram, a gente acha que isso é uma fatalidade, que é uma tragédia. Mas os dois casos, na verdade, são omissões, descuidos, percalços, e pode se dizer que são

---

descasos, tanto das autoridades que fiscalizam quanto das pessoas responsáveis. No caso de Brumadinho, pessoas responsáveis por armazenarem os resíduos, por não fiscalizarem essa armazenagem, principalmente achando que seria *ad aeternum* essa reserva. No caso do Flamengo, ouviu-se o depoimento de muitas mães, e um depoimento de uma mãe que acompanhou o filho num campeonato me chamou muito a atenção, quando ela disse que jamais imaginou deixar o seu filho naquele lugar em que ficou. E o menino, nos seus 11 ou 12 anos, estava radiante de ficar em condições precárias, mas junto com seus amigos e colegas. A mãe ficou perto num hotel e, quando foi embora, perguntou a ele como tinha sido. E ele disse: “Foi um dos melhores dias de minha vida”. Então se usa a inocência dessas crianças para dar condições precárias.

Outro depoimento que me chamou muito a atenção foi o do pai do Alexandre Pato, dizendo que o deixou morando no Beira-Rio, com 12 anos de idade. Nós, quando visitamos esses estádios, nos impressionamos, Ver. Roberto Robaina, com o tamanho deles; agora, imagina uma criança de 12 anos, por exemplo, tendo como sua casa o Beira-Rio, a Arena, a Gávea, a Fonte Nova. Eu acho que isso deixa de ser uma fatalidade, deixa de ser algo que possa acontecer, como cair uma árvore, cair um raio, e passa a ser algo que os órgãos públicos têm que investigar mais de como é construído, como essas crianças ficam, a forma como essas crianças permanecem nos clubes de futebol, assim como a armazenagem, para a gente não ver, neste início de ano, o que estamos vendo: milhares e milhares de vidas sendo ceifadas no mundo inteiro, mas, no nosso País, sendo ceifadas por descaso e por descuido.

E dizer também que, hoje, nós perdemos uma grande voz, uma grande pessoa que fazia a controvérsia tanto na TV quanto no rádio, que é o Ricardo Boechat. Nas manhãs da rádio Bandeirantes e nos jornais do grupo Bandeirantes, sempre fazendo o contraponto, sempre levando a informação e a notícia ao povo brasileiro e, hoje, numa fatalidade, a sua aeronave bate em um caminhão e ele vem a óbito. Então esses são os percalços da vida, alguns podendo ser evitados, como o de Brumadinho e como o das crianças e jovens do Flamengo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisto pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Gostaria de saudá-la, Ver.<sup>a</sup> Mônica, Presidente no comando dos trabalhos, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; acho que não tem como não falarmos nesta tragédia que aconteceu no final de semana, com essa garotada lá do Ninho do Urubu, no Flamengo. Eu fico pensando se isso acontece com o Flamengo, o que não acontece com os outros? O que não acontece não; eu sei o que acontece. A proteção o Flamengo terá. Quando nós, por questão... Ninguém ataca frontalmente o Flamengo, o maior clube do Brasil, com a maior torcida do País; naturalmente, quando eu vi a entrevista do diretor dizendo que estas crianças continuarão sendo pagas, como se isso fosse uma grande recompensa. Vocês não imaginam o que acontece pelo Brasil afora! Empresários tirando garotos das famílias, dando, ao mesmo tempo, um sonho e uma ilusão para a maioria desses garotos. Vocês que acompanham a dupla Gre-Nal aqui, ouvem falar que, às vezes, pintam um, dois ou três garotos, no máximo, em um ano, para vender para Europa. E o resto, vocês sabem quantos tem no Sport Club Internacional, no Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, quantos tem nestes clubes do interior, que muitas vezes têm as mínimas condições, não de pagar, de atender - moram em espeluncas. Se o Conselho Tutelar for lá vai ver que a maioria, muitas vezes, não estuda, Ver. Janta. E mais, crianças que viajam o Brasil inteiro; recentemente, a Copa São Paulo, a Copinha, como eles chamam, teve um time - não vou dizer o nome para não fazer injustiça aqui - que não pode voltar para o Nordeste ou para o Norte! O Palmeiras teve que pagar as passagens. Se vocês pegarem, tirando os clubes tradicionais, a maioria é convidada pela CBF, clubes que não têm a mínima estrutura, só porque tem um empresário por trás, que quer deixar um jogador, um garoto desses, Robaina, um garoto desses, Alex, um garoto desses, Mauro, um garoto desses, Camozzato, num clube grande, para realizar os seus sonhos, os sonhos das famílias. É muito difícil formar um atleta! O Brasil não tem mais aquela safra espetacular. Vocês viram o fiasco que fez a seleção brasileira disputando o Campeonato Sul-Americano? Nem para a Copa do Mundo irá mais! Não tem!

Então, eu acho que isso é muito sério. O que eu vi lá: aquilo não era uma moradia, aquilo era uma jaula! Eu pergunto: como o Flamengo não tem segurança e tem que botar grades, ferros nas janelas? Como um local daqueles, tipo uma jaula, tem somente uma porta? Dizem que o Flamengo foi autuado 30 vezes. Mas o Flamengo vai respeitar a Prefeitura? Então, isso é pelo Brasil afora, gente, isso não é novidade!

---

E vou adiante: quem financia, muitas vezes, esses times que viajam pelo Brasil afora jogando torneios aqui e acolá, são os pais. Quem paga os ônibus são os pais, cotizam-se, sendo obrigados a dar dinheiro para alguns empresários, os quais não considero que sejam empresários, pois empresários são sérios. Eu conheço muitos empresários que são sérios. Há gente que se aproveita dessas famílias, dessa garotada e andam pelo Brasil perambulando, fazendo torneio, representando aqui e acolá, e muitas vezes – dirigindo-me ao meu amigo Novelletto – com anuência das federações, que dão carta branca: “Pode ir, vai lá, entra no torneio tal, viaja para o Paraná, Santa Catarina, São Paulo”. Isso é muito sério, gente!

Esse é o futebol brasileiro. Vai ganhar Copa do Mundo? Olha, com esse tratamento, não sei quando! Isso acontece com adultos! Há times adultos que disputam campeonatos regionais em vários Estados, e não têm onde ficar! Estão empilhados numa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Vereadores, a coisa é muito séria. Aqui, na Capital, tem casas com garotos de 8 a 10 anos que estão sendo preparados para serem levados ao exterior, para serem vendidos – levam pai, família, levam todos. São casos raríssimos que dão certo! Garotos que são iludidos, famílias que são iludidas, porque a maioria não irá vencer, pois não tem lugar para todos. Vocês podem fazer uma experiência: vão aos campinhos, vão aos estádios garotos que chegam na categoria de base até 16 anos – que aí vem a Lei Pelé... E que a Lei Pelé me desculpe, que aqui está falando o fundador do Sindicato dos Atletas do Rio Grande do Sul e do Paraná. A Lei Pelé liquidou com o futebol brasileiro, deu liberdade para os atletas. É vergonhoso, com 16 anos, o atleta é obrigado a fazer um contrato profissional para não perdê-lo. Antes dos 16 anos, levam para o exterior. É lamentável, a situação do futebol brasileiro é péssima, não ganha mais nenhuma Copa do Mundo. E não surpreende se não ganhar também a Copa América disputada no Brasil este ano. Obrigada, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

---

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara e pessoas que estão nos acompanhando no plenário. Eu também, assim como o Ver. Janta e o Ver. Cassiá, queria me referir a isso que, infelizmente, nesse caso, não é uma fatalidade. O que ocorreu, tanto em Brumadinho quanto no Centro de Treinamento do Flamengo, não pode ser definido como acidente. Existem, evidentemente, acidentes – e trágicos –, nós tivemos hoje – e o Ver. Janta mencionou também essa trágica morte de um dos melhores jornalistas do Brasil, o Boechat, que era de uma inteligência incrível, de uma ironia, de uma capacidade crítica muito útil na imprensa brasileira, então é uma perda realmente muito grave. Foi uma perda a partir de um acidente. E se um acidente já nos abala, quando há crimes e esses crimes vitimam pessoas do povo, ou até crianças, como é o caso do Centro de Treinamento do Flamengo, realmente, é algo ainda muito mais grave, que exige de nós um esforço para pensar a política pública e fazer com que o Estado cumpra a sua função, mas infelizmente não é isso que ocorre. Há, por sinal, muitas vezes, pressão política para que o Estado não fiscalize, para que o Estado não cobre, sobretudo, se essa fiscalização deve atingir grandes empresas. No caso de Brumadinho, todos sabem, a responsabilidade da Vale, que já havia provocado a tragédia em Mariana, e, em três anos, tivemos uma tragédia ainda maior, com custo humano muito superior. E praticamente nada ocorre. Nós sabemos o peso que as empresas mineradoras têm na política, comprando políticos, comprando partidos, dominando a política.

No caso agora específico da tragédia no Centro de Treinamento do Flamengo, também não foi acidente. Não foi acidente! Eu escutava o Cassiá, que tem muita experiência na área do futebol, é um especialista nessa área. Eu não tenho essa especialidade, mas acompanhei bastante as categorias de base, justamente pela minha condição de pai do Fernando, que jogou futebol até a idade adulta, chegou a ser profissional, passou por todas as fases da categoria de base, jogando no Grêmio, no Fortaleza, foi a Goiás. Então eu acompanhei meu filho e pude conhecer a realidade de como são as categorias de base, de como são tratadas, de como são desrespeitadas, na verdade. No caso do Flamengo, de um time conceituado, nós tivemos essa vergonha, de um centro de treinamento sem alvará! Sem alvará! E a Prefeitura Municipal não fechava o centro de treinamento, mesmo sem alvará, não tomaram nenhuma medida! Isso é incrível! O depoimento desses responsáveis mostra uma atitude criminosa, isso é preciso ser dito.

---

No caso dos cartolas, da direção do Flamengo, foi uma vergonha, nem desculpas pediram, saíram com evasivas na entrevista coletiva, porque realmente é um crime o que cometeram. Infelizmente, a Prefeitura de Rio de Janeiro se curvou também, porque não cobrou, não fechou...

Então são coisas que acontecem, e, daqui a pouco, estarão culpando o eletricista, a responsabilidade vai virar responsabilidade do eletricista. Eu acho que esses casos são importantes, porque nós precisamos refletir que há uma quantidade de crimes ocorrendo que são produto da leniência, produto da incompetência, produto do Poder Público, que não enfrenta interesses empresariais e não dá as mínimas condições de... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Obrigado, Presidente Mônica. Então, o tema da fiscalização é muito importante. Muitas vezes, vejo no debate público a ideia de que não se pode fiscalizar tanto, de que tem que afrouxar as condições de fiscalização, de que tem que garantir que haja melhor ambiente para os negócios e para os investimentos e que essa sanha de fiscalização é prejudicial aos investimentos. Nós temos visto o que a falta de fiscalização tem feito no Brasil em sucessivas tragédias que poderiam ser evitadas. Eu acho, e assim termino dizendo, que nós temos que fazer um esforço, Ver. Cassiá, de averiguar as condições aqui em Porto Alegre. E nisso é importante contar com a sua experiência, justamente para que a gente possa ter uma leitura da situação, porque é evidente que, no caso do Rio de Janeiro, nem todas as pessoas sabiam da situação do Centro de Treinamento do Flamengo, mas era evidente que tinha que ser fechado. Isso que era do Flamengo, um time de futebol com recursos, com condições. Então esse esforço nós vamos ter que fazer, Ver. Cassiá, de averiguar bem as condições em Porto Alegre para que nós não tenhamos também situações como essa aqui em nossa Cidade. Obrigado, Presidente Mônica, e uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente Mônica, colegas, todos que nos acompanham aqui no dia de hoje e aos que estão nos acompanhando também

---

pela TVCâmara, eu subo rapidamente aqui usando o tempo de liderança por um motivo que trouxeram ao meu conhecimento ontem de que algumas emissoras de televisão, alguns programas, parece que de grande audiência, gastam muito tempo para estereotipar pessoas, brancos, negros, homossexual, a mulher negra bonita. E, hoje pela manhã, discutindo com o pessoal da Diretoria de Diversidade Sexual, nós, que temos aqui no nosso mandato falado bastante sobre combater qualquer tipo de preconceito - porque temos também neste País o preconceito partidário: as pessoas não te conhecem, mas porque tu és de um determinado partido, uns dizem que tu és fascista, outros dizem que tu és golpista; a gente vê essa cultura facebookiana rasa -, e no debate profícuo de hoje de manhã sobre esse tema, eu assumi o compromisso de usar a tribuna para dizer algo simples. Quem não teve a oportunidade de assistir, vá até o Google e procure a entrevista do ator Morgan Freeman sobre o Dia da Consciência Negra e alguns temas correlatos. Na entrevista, ele fala sobre a sua opinião, que é muito peculiar, e é uma opinião com a qual eu comungo e quero traduzir nesta tribuna: eu não tenho negro amigo, eu não tenho homossexual amigo; eu tenho amigos. Então, eu uso, neste momento, a tribuna para, mais uma vez, dizer: vamos parar de transformar a nossa sociedade em guetos e trazer o estereótipo acima dos valores humanitários. As pessoas que são bonitas, as pessoas que são belas por dentro devem sempre pensar muito sobre essa coisa rasa que virou inclusive a nossa política, transformar em guetos, grenalizar a política, os bons contra os maus – isso é uma chaga. E lembrar que o preconceito, sim, é uma zona muito escura na personalidade das pessoas.

E a todos aqui que são atacados nas suas redes sociais – eu, às vezes, sou -, quero lembrar que existem várias formas de preconceito: social, religioso, racial, mas também vamos ter cuidado com o preconceito político partidário, que julga as pessoas pela capa, sem saber a sua trajetória, de onde vieram, que políticas, que propostas benéficas essas pessoas defendem. Vamos ter muito cuidado, acima de tudo, temos que amar as pessoas e parar de estereotipar dessa maneira rasa e facebookiana. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Ver. Moisés Barboza. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, quero fazer coro aqui ao Ver. Moisés. Estou usando a estrela do meu partido, as pessoas têm de se assumir. Quero fazer coro, na verdade, à fala do Ver. Robaina, porque, meu líder Sgarbossa, falarei sobre a era dos extremos, dos infortúnios. A televisão fala, o tempo inteiro, na tragédia do Flamengo, de Brumadinho, de Mariana, etc. e tal, como falou da tragédia da Chapecoense. Não, isso não é tragédia. Tragédia é quando as pessoas não têm domínio sobre feitos e fatos. Um feito da natureza, um acontecimento da natureza, corrigindo a linguagem, pode levar a uma grande tragédia com morte de pessoas num tsunami, por exemplo. Nos casos em questão, são infortúnios, pois trazem desgraças para as pessoas. E há um agente, há uma pessoa, há um humano envolvido e responsável. A Prefeitura do Rio já deixou claro que não havia licenciamento adequado para o centro de treinamento naquelas condições. O diretor, o superintendente do Flamengo vem a público dizer que tinha licença do CMDCA. Não, o CMDCA dá licença para outra coisa, não para a obra física, o que foi demonstrado por alguns professores e técnicos que mostraram, claramente, que houve negligência e imperícia, no mínimo. Quando, em Brumadinho, a Vale se adianta e oferece R\$ 100 mil a qualquer pessoa envolvida, é confissão de um crime, de dolo – dolo, não estamos tratando de culpa, é dolo, houve a intenção, direta ou não. É o caso, por exemplo, dos acidentes. A maioria dos acidentes não é culposa, eles são, no mínimo, de dolo eventual, porque a pessoa sabia que poderia matar, sabia que poderia atropelar e não se importou com isso, como aquele deputado. E quais são os resultados? Por isso que eu clamo a quem nos escuta, a quem nos ouve, a quem nos vai ler, temos que buscar, no direito, a justiça. Aqui, eu quero falar de modo especial aos doutos advogados desta Casa: temos que buscar, no direito, a justiça. Agora, não será o valor que o Flamengo já se adiantou e fez uma confissão de crime: “Vamos pagar o salário”. Mas que salário? Eles pagaram R\$ 50 milhões... Como chama o jogador castelhano do Flamengo? Ele tem um nome difícil, R\$ 50 milhões. O que eles aplicaram nesse CT? Gente, pequenos quartos de seis pessoas por quarto, 36 pessoas envolvidas, 10 mortes. Não há valor neste mundo que pague uma vida, não há valor neste mundo que pague uma vida. Estou fazendo essa discussão aqui para que nós possamos fazer, via Executivo, um *check-up*, uma fiscalização, de A a Z nesta Cidade – de A a Z nesta Cidade!

Já disse aqui, quando a parede da Casa Azul cair, não é tragédia, é infortúnio, porque trará uma desgraça e tem um responsável: os donos ou a sucessão hereditária daquele

---

---

prédio da esquina da Rua Riachuelo com a Rua Marechal Floriano Peixoto. Este é o debate, a grande imprensa desinforma, a grande imprensa fala em tragédia, quando não se trata de um acontecimento externo, fora da vontade das pessoas; houve, sim, a ação de alguém. Portanto é dolo.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Não ia me inscrever, mas ouvindo sobre questões tão importantes do nosso País, como as desigualdades sociais, raciais, de gênero, e colocar isso enviesadamente como políticas para gueto, no mínimo, enquanto vereadores desta Câmara, é uma irresponsabilidade frente a esse cenário concreto. Basta a gente pegar qualquer estatística que a gente vai ver que a questão de raça, de gênero, de sexualidade não é simplesmente mimimi ou vitimismo, como a gente está acostumado, de uma forma muito mal informada, a acompanhar nas redes sociais. Usar Morgan Freeman para debater consciência racial é a mesma coisa que não debater consciência racial. Para isso existem autores, intelectuais muito importantes para a contribuição do desenvolvimento do nosso País como Abdias do Nascimento, Lélia González, e, no próprio contexto estadunidense, Martin Luther King. Então, se a gente for realmente querer debater essa questão das desigualdades que existem, a gente tem que, no mínimo, trazer para cá a concretude das estatísticas e do contexto social que, num Brasil tão desigual como o nosso, a gente está vivendo. A gente não quer debater simplesmente ter um dia comemorativo como o 20 de novembro, ou como, na situação das mulheres, simplesmente receber flores no 8 de março. O que a gente está lutando é por respeito, por dignidade e por direitos iguais, para isso a gente tem que legislar no sentido de garantir políticas equitativas para, quem sabe, um dia, a gente realmente defender uma igualdade de fato entre todos os seres humanos. Ninguém está dizendo aqui que nós não somos seres humanos, bem pelo contrário, quem falava isso eram os ideais racistas do século XIX e início do século XX. A gente está debatendo aqui que tem impacto real esse processo de segregação que foi quase quatro séculos de escravidão no nosso território, no nosso País, sobretudo com a população negra que ainda hoje sofre os impacto dentro

---

---

das periferias. Beleza? Então, se a gente for falar de segregação, por favor, vereadores, não vamos colocar isso como se fosse uma discussão de gueto, porque isso, sim, divide os nossos trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Presidente Mônica, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara, eu quero aproveitar esse espaço de liderança do Governo para trazer boas notícias, que talvez, os vereadores já devem ter visto pelos noticiários, que é a respeito do nosso Cais Mauá. Um projeto que envolve governo estadual, municipal e que há bastante tempo se discute nesta Casa, inclusive foi aprovado regime urbanístico, Ver. Adeli Sell, para construção de *shopping center*, prédios, e, infelizmente, por alguns motivos que todos nós conhecemos, acabou até hoje ainda não acontecendo no Município de Porto Alegre. Agora, o governo municipal, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi procurada pelos investidores do cais, e foi feita uma proposta para fazer um piloto, que deve ter a inauguração no dia 26 de março, que é o dia do aniversário da cidade de Porto Alegre, onde será utilizado aquele espaço próximo ao Gasômetro, onde serão feitos dois estacionamentos pela Estapar, e também um convênio entre o Cais Mauá e duas empresas, a DC Set, e mais uma outra empresa. Será feito, neste primeiro momento, um projeto-piloto que será um *beach club*, onde teremos área de convivência, restaurantes, bares e locais para que o nosso público possa desfrutar do nosso lago Guaíba. E também temos um dos armazéns, o número 7 do Cais Mauá, onde, posteriormente, será utilizado de forma que a população possa usar esse espaço já de imediato, sendo que nós temos procurado nessa legislatura utilizar cada vez mais o nosso lago Guaíba, pelas belezas naturais que nós temos, pois até então o nosso lago era muito pouco utilizado, as imediações do lago.

Então, estamos trabalhando em cima disso, e hoje as empresas já estão trabalhando no local para que o estacionamento possa ficar pronto o mais rápido possível, tendo em vista as dificuldades que se tem para a utilização da nossa orla do trecho que já está

---

inaugurado, que tem sido muito procurado, em torno de 50 mil pessoas nos finais de semana. Então, acaba tendo um transtorno pela falta de estacionamento.

Essa parceria, Cais Mauá com a Prefeitura de Porto Alegre, em breve, até o dia 26 de março, deve ter dois estacionamentos que ajudarão muito a resolver esse problema da orla, para que a gente possa utilizar ainda melhor esse espaço.

Ainda falando em orla do Guaíba, nós sabemos que o trecho três já está em andamento, e uma discussão, capitaneada pelo nosso vice-prefeito Gustavo Paim, está buscando a formulação e em breve terá uma licitação, para que o trecho três da orla do Guaíba, também licitado, possa começar o mais breve possível. Porto Alegre avança, tenho certeza de que avança, para utilizar melhor as áreas importantes da Cidade, que já vêm do governo passado utilizando, através do trecho um e agora avança no trecho três, avança no Cais Mauá. Dessa forma, a Cidade consegue avançar também com eventos na nossa orla do Guaíba, como já tivemos o evento do final de ano que foi bastante utilizado pela população na Cidade, o evento da Heineken. Outros eventos certamente virão para Porto Alegre para que a gente possa vender – Ver. Nedel, que é muito ligado ao turismo – o turismo de Porto Alegre através da nossa orla do Guaíba, que o mundo possa nos conhecer como tem nos conhecido, e, com certeza, cada vez mais utilizarmos a nossa orla com esse rio lindo como é o Guaíba, até então muito pouco utilizado pela nossa população, mas que hoje a população está utilizando. Espero que a gente possa aprovar o mais rápido possível tudo que se precisar, aqui na Câmara de Vereadores, para que a Cidade possa cada vez mais utilizar a nossa orla do Guaíba. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mendes Ribeiro solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 11 de fevereiro de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Aprego Ofício nº 053, de autoria do prefeito Nelson Marchezan Júnior, solicitando retirada de tramitação do PLCE nº 008/17, sendo deferida a sua solicitação pela presidência.

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 207/17.

---

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 121/17.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 129/17.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 189/17.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 034/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 017/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 058/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 067/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 157/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 122/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 350/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 19, de autoria da Ver<sup>a</sup> Mônica Leal e Ver. Cassiá Carpes, ao PLE nº 007/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 19 ao PLE nº 007/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 19 ao PLE nº 007/18 à apreciação das Comissões, para parecer.

---

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 305/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 305/17 à apreciação das Comissões, para parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. Senhoras e senhores, venho a esta tribuna em liderança do meu partido PDT falar a respeito dessas tragédias que vêm acontecendo de maneira muito intensa e trazendo muita dor às famílias que perdem essas pessoas por ocasião, por exemplo, do incêndio do Flamengo. Também tivemos a questão de Brumadinho.

Eu quero aqui cumprimentar o prefeito Marchezan, que está dando uma solução para aquela questão da Casa Azul – ela estava aqui na pauta esta semana, não é, Cecchim? O que aconteceu ali, Adeli? Fecharam as ruas para que a Casa Azul não caísse em cima de alguém e não matasse as pessoas. No ginásio da Brigada, aquela parede está toda rachada, vereador; o telhado caiu já faz quase um ano. No dia 27 de janeiro de 2013, pegou fogo a Boate Kiss, agora fecharam seis anos. E todos nós aqui já tivemos 15 anos! Alguns tinham o sonho, talvez, de serem jogadores de futebol e morreram queimados num incêndio! O local não tinha nem laudo de prevenção contra incêndio, porque a área estava registrada como estacionamento. Quanta negligência! O clube já tinha mais de 30 multas por irregularidade!

Eu acho que é muito importante e oportuno que a gente possa, aqui, fazer alusão a situações que são muitas vezes relatadas. No caso de Brumadinho, 300 pessoas morreram; em Mariana, foram 19 pessoas falecidas. É muita falta de responsabilidade! E, no fim das contas, quem responde por isso tudo quando acontece esse tipo de tragédia? Então acho que temos que ter um pouco mais de atenção. Se tiver que fechar a rua para não cair uma parede e matar uma pessoa que está caminhando, vamos fechar a rua, vamos isolar o local, vamos fazer o que foi feito na Casa Azul. Causou um transtorno no

---

Centro; para passar ali na Rua Riachuelo está um caos, mas, se cair a Casa Azul, ninguém vai morrer soterrado ali. Será que vão esperar cair uma daquelas paredes do ginásio em cima de meia dúzia de carros para perceber que aquilo está cheio de rachaduras? Como no meu caminho eu passo por ali, resolvi alertar da tribuna. É muita tragédia, uma atrás da outra, sem contar a enchente lá no Rio de Janeiro, quando 7 morreram. De novo! No ano passado, bateu água e caiu a passarela. Este ano, morreram e vão morrendo 6, 19, 200, 300 e parece que não acontece nada. Então eu quero, neste tempo de liderança, fazer uma reflexão: morreram 10 adolescentes queimados! Fazer um centro de treinamento numa área que está registrada como estacionamento, com a mesma espuma inflamável da boate Kiss... Está aqui o Germano, trabalhou conosco no planejamento, que aprova as nossas creches, as nossas escolas, os nossos postos de saúde. Tem que ter uma atenção especial, tem que ter uma saída de emergência. Se usar remendos nas instalações de ar-condicionado, vai pegar fogo e as pessoas vão morrer queimadas!

Hoje, queria fazer uma chamada, uma atenção especial para o caso da Brigada Militar, na Av. Silva Só. Acho importante que as autoridades que estão nos assistindo prestem bem atenção sobre o que estamos colocando nesta tribuna. O prédio tem rachadura, está condenado. Tem que tomar alguma providência. Vão esperar cair para tomar alguma providência? Vão esperar pegar fogo, as pessoas morrerem queimadas para tomar providência? Esperar romper uma barragem, para morrer todo mundo soterrado, para tomar uma providência? Acho que não dá mais para ser assim, temos que começar a trabalhar com planejamento, com antecedência. Fica este registro, hoje, nesta tarde de trabalho. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC):** Boa tarde, Presidente Mônica Leal, Srs. Vereadores, plateia, pessoas que nos assistem. Nós estamos assistindo, não é de hoje, há muito tempo, o festival da ganância, o festival do lucro fácil e o festival do lucro a qualquer preço e a qualquer custo, onde assistimos a tragédias como Mariana,

---

Brumadinho, agora no Flamengo, tragédia da Chapecoense. Isso tudo pela irresponsabilidade e pela ganância do ser humano, das pessoas que hoje estão vivendo o período de um egoísmo pessoal muito grande e praticamente todos olhando para o seu umbigo. Claro que com isso nós não estamos generalizando nem instituições privadas ou públicas, mas chamando a para a responsabilidade que temos que ter, principalmente os gestores públicos, com relação aos prédios e pontes que estão envelhecidos, sem uma fiscalização adequada. E as tragédias vêm se repetindo, vêm acontecendo! Quero fazer coro com os vereadores que aqui falaram sobre essa responsabilidade. Não precisamos mais assistir a tragédias como essa do Flamengo, pela irresponsabilidade, muitas vezes, pelo lucro fácil das empresas, das instituições, inclusive do setor privado, que não estão preocupados com a segurança, mas simplesmente em encher seu bolso. Quero deixar aqui esse registro. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Em um mês de muitas tragédias, temos boas notícias na Cidade. Eu quero, já que os colegas falaram sobre as tragédias com muita propriedade, falar das boas coisas que estão acontecendo. A primeira delas é abertura da trincheira da Av. Cristóvão Colombo. A iniciativa privada, junto com a Prefeitura, está terminando ou, pelo menos, abrindo a Av. Cristóvão Colombo, desfazendo engarrafamentos, voltas e curvas que temos que fazer todos os dias por lá. Cumprimentos à Prefeitura e à PGM por terem dado uma solução; cumprimento os empresários e as empresas que tomaram para si a conclusão ou, pelo menos, parte para que haja a passagem dos veículos pela Av. Cristóvão Colombo, diminuindo esses engarrafamentos.

A iniciativa, aqui falada pelo Moisés e pelo Mauro, líder e vice-líder do governo, de fazer uma coisa simples, ali do lado da Usina do Gasômetro, no Cais Mauá, que é um latifúndio enorme, mas, pelo menos, aqui neste pedaço, começa-se a dar uma fotografia do que será a Cidade, olhando para a orla. Com essas iniciativas, com a iniciativa da inauguração da primeira parte da orla, com a iniciativa de estender até terceira etapa da orla,

---

definitivamente, a cidade de Porto Alegre está virando de frente para o rio Guaíba. Nós ficamos de costas muitos anos, mas agora estamos olhando o nosso rio de frente. São iniciativas boas, importantes para a cidade de Porto Alegre, e duas delas com a participação importante da iniciativa privada. Não tem como o Estado puxar para si só as coisas que a Cidade precisa fazer. A Cidade tem as condições, mas não tem o dinheiro, tem as coisas, tem a propriedade, mas não tem o dinheiro para cuidar da propriedade. Eu espero que esses exemplos sigam em outras áreas também. Quando o poder público não tem condições de cuidar, que se faça algum tipo de contrato, e são várias maneiras de fazê-lo.

Agora eu vejo o Triângulo da Assis Brasil, que estava abandonado, aliás, foi uma obra mal projetada, malfeita, na época, pelo secretário Cruz, uma babilônia que ele fez na Sertório, na Joaquim Silveira: colocaram terminais de ônibus elevados, quando nós não tínhamos ônibus elevados, até hoje aquilo é um “elefante branco”, tanto o terminal Triângulo, quanto os terminais da Sertório, onde há um engarrafamento todos os dias, com aquele corredor onde passa somente meia dúzia de ônibus. E se alguém se atrever a andar pelo corredor de ônibus é multado. Então, eu acho que temos a começar tomar conta dessas coisas que estão obsoletas e paradas: terminal de ônibus do Triângulo, a orla, a trincheira da Cristóvão Colombo e tantas outras coisas.

Queria chamar a atenção dos Srs. Vereadores para o Parcão, como está bonito, como está bem frequentado, porque empresas adotaram o Parcão. Eu espero, sinceramente, que muitas empresas adotem as enormes praças que nós temos abandonadas e que precisam ter uma solução para que a população possa aproveitar dessas belezas que nós temos, que são reservadas para as pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

---

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e todas, estou aqui no Grande Expediente do Ver. Aldacir Oliboni que, gentilmente, me cedeu. E me cedeu, também, condicionado no sentido de que lembrássemos hoje aquilo que estamos comemorando nos últimos dias, que é o aniversário do Partido dos Trabalhadores, que completa 39 anos, fundado no dia 10 de fevereiro de 1980.

Mas antes de entrar aqui no tema do Partido dos Trabalhadores, não posso deixar de falar de dois assuntos. Primeiro, é que, neste momento, há uma grande manifestação saindo da Lomba do Pinheiro, indo em direção à Prefeitura Municipal, em que os moradores se dão conta de que realmente aqui não se trata de dizer que é um problema estrutural, de falta de recursos, mas que, sim, o prefeito tem responsabilidade na falta da água. E eu posso dizer aqui, dito por técnicos do DMAE, que há mais de um ano, publicaram na imprensa: “Vai faltar água no verão na Lomba do Pinheiro”. Esse artigo está fundamentado no fato de que o prefeito, ao chamar para si, ao centralizar a tramitação, Ver. Mauro Pinheiro, dos processos de licitação, 80 processos de licitação ficaram represados durante seis meses na Celic – Central de Licitações, processos esses que tratavam da compra de insumos para o tratamento da água. Isso é um dos motivos que faz com que a programação que o DMAE faz, no início do ano sobre as calibrações das bombas e tantas outras questões que não tenho competência técnica para falar, mas sei que estou aqui reproduzindo a fala de servidores do DMAE, que alertaram para o problema, mostraram que a interferência do prefeito na autonomia da gestão do DMAE é, inclusive, ilegal. Procuramos, agora há pouco, a convite do Ver. Robaina, o Ministério Público de Contas, que entrou com uma ação e conseguiu uma inspeção especial do Tribunal de Contas para tratar disso, e a questão central aqui é justamente a interferência ilegal na gestão do DMAE, interferência por parte do prefeito.

O Ver. Mauro falou da questão do cais, eu acho que nós temos que fazer esse debate aberto. Nós conversamos fora daqui, conversamos esses dias na Rádio Guaíba, mas quero citar um acontecido comigo, ontem pela manhã, para mostrar como os espaços públicos podem se tornar privatizados, mesmo que não tenham uma cancela, uma roleta, mesmo que não precise pagar um tíquete para entrar. Eu estava, ontem de manhã, em torno das 8h, circulando de bicicleta pela orla do Guaíba, Ver. Alex e Ver. Robaina, e parei para falar com uma pessoa que estava ali com suas caixas de isopor, ele tinha autorização da Prefeitura para poder vender ali próximo da orla, desse espaço da orla que

---

está sendo frequentado. Parei para falar com ele, para perguntar se ele tinha presenciado aquela cena em que a senhora dos picolés foi contida daquela forma horrenda, e acho que, sobre isso, nós precisamos ouvir os servidores da Guarda Municipal, mas é claro que nós já cobramos aqui uma manifestação do Prefeito discordando daquele tipo de procedimento, portanto não queremos aqui fazer nenhum prejulgamento, mas queremos ouvir os servidores, inclusive, numa das comissões, provavelmente amanhã, teremos reunião da comissão, vamos sugerir esse debate para ouvir os servidores e ver qual é o procedimento da Guarda Municipal num caso assim. O fato é que estava conversando com esse sujeito e, nesse momento, chegou um rapaz de *skate* pedindo para comprar uma água. A água custa ali R\$ 5,00. O rapaz do *skate* até perguntou: “Mas é o litro, por R\$ 5,00?” “Não, não é o litro.” “Mas é água com gás, por R\$ 5,00? Eu quero sem gás”. “Não, é R\$ 5,00 a água sem gás, a garrafa pequena”. O rapaz, simplesmente, Ver. Janta, não tinha R\$ 5,00 no bolso e foi embora sem tomar água, foi procurar talvez uma torneira ou um favor de alguém para que pudesse tomar água. Vejam, o Ver. Mauro trouxe aqui a ideia do prefeito sobre o cais Mauá e é disso que nós estamos falando. Nós não queremos uma cidade elitizada, em que, mesmo que não tenha uma roleta, uma cancela, um pagamento...

**Vereador Cláudio Janta (SD):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero fazer esse debate com o senhor, porque uma vez eu estava numa praia e pedi uma água de coco. Aí o rapaz me disse: “São R\$ 10,00”. E eu pensei: mas que louco, é um roubo. Então ele me disse para eu subir num coqueiro, pegar o coco, descer, gelar e ver quanto sairia o custo. Então eu quero saber o seguinte: o custo dessa pessoa de comprar a água, de levar a água, de armazenar a água. Ele não obrigou a pessoa a comprar a água. Isso é o livre mercado. Quando eu vou para a praia, eu sou um cigano, eu levo tudo, tudo. Primeiro, porque eu tenho uma filha com várias restrições alimentares, segundo, porque eu acho um absurdo o preço que cobram pelas coisas na praia, a cerveja, a água. Então eu levo tudo. E se a pessoa foi andar de bicicleta, por que não levou a sua garrafa de água? Se for comprar, está sujeita a pagar o que o ambulante pediu. Agora, se nós vamos tabelar o preço dos produtos dentro dos estabelecimentos, é outra coisa. Porque tem lugar que cobra R\$ 15,00, R\$ 20,00 a cerveja; tem lugar que cobra R\$ 10,00. Então é outro debate que nós temos que trazer a esta Casa, se nós

---

---

vamos tabelar o preço dos produtos nos bares e restaurantes e até nos supermercados ou não. Obrigado.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Obrigado, Ver. Janta, agora entendi que o aparte era para contestar, mas deixa eu mostrar que, neste caso, nem a livre concorrência tem, porque ali se trata de a Prefeitura ter estabelecido um raio em que os ambulantes – veja, Ver. Janta, não era um ambulante – estão proibidos de circular ali. A Prefeitura estabeleceu um raio – e esse sujeito não era um ambulante, ele tinha autorização para estar ali – onde não podem circular ambulantes, só alguns podem vender ali. Portanto está impedida a livre concorrência, inclusive dos ambulantes, e é por isso que esse sujeito colocou a água a R\$ 5,00. Eu concordo que deveria ter uma livre circulação, inclusive dos ambulantes, mas essa tentativa de regular o espaço público gerou pessoas que colocam o preço que bem quiserem para vender uma garrafa de água. Eu já entendo que deveriam ter bebedouros públicos ali e ponto final. A água é um direito. A água não é para quem consegue e tem dinheiro para comprar. Então, não queria entrar tanto no tema, mas o Ver. Janta coloca aqui e traz bem essa ideia da livre concorrência. E ali justamente não se permite a livre concorrência por uma regulação inclusive excessiva e desregulada, no sentido de que está privilegiando alguns que estão se aproveitando de terem conseguido aquela autorização temporária para estarem ali.

Como falei no início, esses 15 minutos passam muito rápido, nós estamos completando 39 anos de Partido dos Trabalhadores. Em 1980, o PT foi fundado por diversas pessoas, segmentos sociais; dois anos depois, consegue chegar à Prefeitura, elege o primeiro prefeito em Diadema, interior de São Paulo, no ABC paulista; a partir daí, um partido que nasce com vocação para governar, acho que é importante dizer isso, porque a gente sabe das complexidades de ser governo, e o PT quer governar e já governou; e neste ano, 2019, completam-se 30 anos do início da gestão do governo Olívio Dutra, o governo da Frente Popular em Porto Alegre. É uma trajetória que olhamos aqui e percebemos o *know-how* e a importância histórica de um partido como o Partido dos Trabalhadores.

Falando aqui desse tema, agora há pouco, da orla, além de olhar o passado e a função dos partidos - há meia hora se falava em fascismo, em colocar todos no mesmo barco, acredito que foi uma fala do Ver. Moisés -, eu acho que a gente tem que se perguntar por que há, Ver. Moisés, uma criminalização da política hoje, uma criminalização da política e

---

dos partidos políticos? Nós sabemos que a classe política tem problemas, deve ter a grandeza de conseguir expurgar aqueles que fazem da política, na verdade, uma política com “p” minúsculo, a política para se locupletar, mas isso é muito diferente de criminalizar as instituições e os partidos políticos. Um partido político é, em tese, um grupo em que as pessoas se reúnem, deveria ser assim, porque compartilham a mesma visão de sociedade e fazem a disputa institucional, com tolerância. Com tolerância, Pastor Hamilton. E o que nós temos visto aqui é que, nos últimos anos, tem havido uma crescente intolerância e uma criminalização dos partidos e dos coletivos. Então, erra quem coloca todo mundo no mesmo barco – isso é verdade -, mas os partidos precisam ter, sim, clareza de identidade e de ideologia. Isso é bom, é útil, é necessário, é fundamental para que os eleitores que votam nesses programas de partido A, B ou C possam entender que quando estão votando no partido A, B ou C, é naquele pensamento e naquela visão de sociedade. Então, não serve. Por isso que, muitas vezes, discutem e contrariam quando alguém diz que o partido é diferente, “eu sou assim, mas o partido é diferente”. Isso faz uma confusão na cabeça do eleitor, inclusive o eleitor não consegue sequer seguir o voto dos seus candidatos. Muitas pessoas esquecem o candidato em que votou, e muitas pessoas não sabem como está votando o seu parlamentar. Votou no parlamentar e não sabe como ele está se comportando ao longo do mandato. Por isso surgem, em alguns países, instrumentos como o *recall* e outros que fazem um controle maior da atividade do parlamentar. Então, nós louvamos os 39 anos, estamos indo para os 40 anos do Partido dos Trabalhadores. A contribuição, feita para o Brasil e para Porto Alegre, fica até os dias de hoje. O PT da Prefeitura de Porto Alegre saiu há muito tempo. Eu já posso dizer há muito tempo, estamos há quase 16 anos longe e ainda escutamos, dessa tribuna, a fala: “Vocês, nos 16 anos...”. Isso só pode ter um sentido, Professor Wambert, há uma saudade e uma marca que ficou de um governo que, quando entrou na Prefeitura, conseguiu inverter as prioridades. Ontem, pela manhã, o nosso sempre Prefeito Olívio Dutra contou uma história, na Redenção, onde fazíamos um ato comemorativo ao aniversário do PT, do cobertor curto. Em determinado momento, ele estava numa reunião com uma pessoa, uma mulher, que era da indústria, do Sindicato do Vestuário, e, conversando com o gestor público, antes de ser prefeito, esse gestor falou a frase que o nosso prefeito Marchezan mais fala:” O orçamento é um cobertor curto”. Portanto, se você tapa a cabeça, descobre os pés. E essa senhora, essa pessoa, essa

---

---

mulher pede a palavra e diz: “Olha, eu trabalho numa empresa que fabrica cobertores, mas lá nós nunca discutimos esse cobertor que o senhor está falando”. E é disso que se trata. Usar esse chavão de falta de recursos, que serve para se esconder e nada fazer ou para fazer mal, é não estar aberto para discutir o cobertor. O Orçamento Participativo e outras formas de participação popular é justamente isso: discutir o cobertor. Se está faltando num lugar e está sobrando noutra, é só participação popular que conseguirá dar conta disso para saber quais serão as reais prioridades. Fica aqui uma referência, uma saudação, um parabéns ao Partido dos Trabalhadores, 39 anos, não estou falando da história recente, das conquistas do governo Lula e Dilma, que foi interrompido com um golpe, sim, e que, portanto, deixa saudades e que muitos achavam, e tentam até hoje, enterrar esse partido, mas ele mostra a sua vitalidade, não só pela quantidade de filiações – no último momento as filiações têm aumentado, no ano passado, aumentaram exponencialmente –, como nas últimas eleições mostraram sua força através dos 45 milhões de votos alcançados nas urnas. Então, obrigado e parabéns ao Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB):** Boa tarde, Presidente Mônica Leal, boa tarde aos nossos vereadores e vereadoras, todos que nos assistem através da TVCâmara, pessoas que estão nas galerias; hoje venho a esta tribuna para falar novamente da minha preocupação com a população idosa de Porto Alegre. Porto Alegre é a capital brasileira com o maior percentual de população idosa, tendo, atualmente, cerca de 240 mil cidadãos, e esse crescimento vem a passos largos. O crescimento da população idosa em nosso País ocorre de maneira rápida e progressiva, necessitando da implantação de políticas e espaços voltados a esse público. Pensando nisso, novamente venho, este ano, com o Projeto nº 006/19, que indica ao chefe do Poder Executivo Municipal a criação de um centro de referência do idoso. No final do ano passado, tivemos a aprovação da Emenda nº 63, de minha autoria, dentro da Lei Orçamentária Anual, a LOA de 2019, que prevê o projeto e a construção do centro de referência ao idoso em Porto Alegre.

---

dessa luta pelos nossos idosos e pela viabilização do centro de referência dos idosos, se soma a essa ideia a ex-titular da Delegacia de Proteção ao Idoso, a nossa delegada Larissa Fajardo, que, inclusive, nos apresentou o espaço localizado na Rua Santana, 957, esquina com a Rua Prof. Freitas e Castro, conforme fotos que nós vamos colocar no telão, para que os nobres amigos e amigas possam ter uma ideia. É um espaço próximo à Delegacia do Idoso, fica bem perto, é um local que está abandonado, não tem nada ali. Nós estivemos lá no ano passado, ela nos mostrou o espaço, que poderia ser um local para um centro de referência dos nossos idosos. Ele já é do poder público e está abandonado. Nesse local funcionava a Junta Militar, está abandonado e é próximo à Delegacia do Idoso, o que aproximaria os dois serviços, além de ser numa área central, facilitando o acesso.

Vale ressaltar que o centro de referência dos idosos surgiu na década de 1970 como uma alternativa de promover participação social e caridade aos indivíduos com mais de 60 anos com condições de convivência grupal, podendo ser ou não acompanhados de algum cuidador. Entretanto, a funcionalidade desses grupos ganhou nova conotação, e passaram a ser espaços singulares para trabalhar a vivência, o aprendizado e fornecer maior qualidade de vida aos nossos idosos. O centro de referência promove o desenvolvimento do envelhecimento saudável, da autonomia e do fortalecimento dos vínculos do convívio social. Um dos maiores desafios da terceira idade, diante das progressivas limitações que possam ocorrer nessa faixa etária, consiste na redescoberta da possibilidade de viver a vida com a máxima qualidade possível. De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, a promoção do envelhecimento ativo e saudável é a meta para que toda a ação em saúde aconteça, baseando-se no reconhecimento dos direitos das pessoas idosas, dos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização determinados pela Organização das Nações Unidas. Usando como referência, os princípios e centros de referência dos idosos revelam à sociedade que o idoso não é um indivíduo dependente, não saudável, mas, sim, aquele capaz de ser ativo na sociedade em que vive, mantendo as relações sociais, continuando a ter uma boa qualidade de vida com autonomia.

Ressalta-se também que o centro de referência do idoso pode ser um local excelente para manter a autonomia e a independência do ser idoso, tirando da monotonia que a

---

sociedade impõe nessa época da vida, pois lá são fornecidas atividades que proporcionam o exercício físico e mental, incluindo a criação de novos vínculos.

Aos nobres colegas, em especial, aos nossos líderes do governo – Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Moisés Barboza, peço atenção para essa temática por parte do Executivo. Ressalto que, nos próximos dias, estarei indo à Câmara Federal, para solicitar ao deputado gaúcho Carlos Gomes a destinação de verbas por meio de emenda para a referida obra e viabilidade do centro de referência do idoso em Porto Alegre.

**Vereador Mauro Pinheiro (REDE):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alvoní Medina, obrigado pelo aparte; eu quero me colocar à disposição de V. Exa. para que a gente possa intermediar uma reunião com a secretária Comandante Nádia, que é da área, para ver a situação desse local que o senhor está citando. Isso para que a gente possa intermediar um diálogo com V. Exa, para construir, em conjunto, uma alternativa para os idosos na cidade de Porto Alegre.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB):** Muito obrigado, Mauro Pinheiro, pela atenção e pelo carinho. Eu tenho certeza que os idosos de Porto Alegre, que são mais 240 mil, ficarão felizes em saber que, pelo menos, estamos dando uma atenção, estamos dando uma atenção, estamos olhando para eles, sabendo que são uma maioria bem expressiva na cidade de Porto Alegre. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) A referida obra é para viabilizar o centro de referência do idoso em Porto Alegre. A partir do já conhecido processo de envelhecimento populacional, há um aumento das demandas por políticas públicas cada vez mais qualificadas, assim como pela melhoria na articulação e na prestação de serviços oferecidos às pessoas idosas. Que Deus abençoe a todos os nobres amigos vereadores e vereadoras, um abraço a todos. Obrigado, minha Presidente, pelo espaço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** (15h49min) Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

Em discussão o PLL nº 305/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Presidente Mônica. Quero saudar os vereadores presentes nesta tarde, o público que nos assiste, o público da TVCâmara; vou explicar um pouquinho do que se trata este projeto. É um projeto de transparência do nosso IPTU. É comum entre os colegas parlamentares e também lá no gabinete a gente ter questionamentos sobre como é feito o cálculo do IPTU, como o pagador de impostos pode contestar os valores que são apresentados, ou mesmo compreender como é feito esse cálculo, quanto arrecada o seu bairro, enfim, essas nuances relativas a um dos principais tributos do Município. Para contemplar esses questionamentos muito frequentes dos nossos cidadãos, nós colocamos esse projeto, que é de transparência, para que a Prefeitura informe, por meio de sítio eletrônico e também no boleto, como é feito o processo de cálculo e quais são os caminhos onde o cidadão de Porto Alegre pode contestar o valor, caso ache que mereça ser revisado. Basicamente, o projeto trata de transparência, e a nossa emenda incorpora algumas sugestões que vieram, inclusive, das equipes da Fazenda e da Prefeitura, para que o projeto tivesse ainda mais robustez e melhorias. Portanto, temos um projeto que é apoiado pela equipe da Fazenda, à qual eu agradeço pela colaboração, pois, se pronto, se dispuseram a fazer e tiveram reuniões conosco.

Eu fico à disposição dos colegas que quiserem esclarecer alguma dúvida, e estou entregando a cada um o resumo do projeto, para que possam esclarecer também as suas assessorias. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, o Ver. Felipe Camozzato, através da sua assessoria, acaba de distribuir um material com o seguinte chamado: “Mais transparência na cobrança de IPTU.” Corretíssimo. A Lei de Acesso à Informação é de 2011, no

---

pág. 24

---

entanto, Camozzato, várias vezes vim aqui e desta tribuna expus que o Portal Transparência da Prefeitura é cheio de desvios, de picadas íngremes, de lamaçal difícil de percorrer. É preciso aplainar esse caminho, para chegar nos meandros da administração pública, nos detalhes que interessam ao cidadão comum: por que paga, de que maneira foi calculado o seu tributo. É muito importante essa informação, porque reza a legislação do IPTU, Ver. Paulinho Motorista, sempre atento e vigilante, que edificações mais antigas, algumas com material de construção mais antigo, têm uma diminuição no IPTU. Dias atrás, pude estudar o caso de um bairro de Porto Alegre que cresceu muito, mas cresceu muito, com grandes edifícios de classe média-alta. No meio desse bairro, tem casas antigas, que são difíceis de serem mantidas, mas o IPTU é altíssimo para essas edificações. Alguma coisa está errada, Camozzato, por isso a Prefeitura tem que explicar qual o cálculo aplicado para essa edificação. Se a lei reza que, com o passar dos anos, edificações mais antigas pagam menos do que uma edificação nova, moderna, com altos materiais de construção... Olha a diferença de custo do velho concreto armado para edificações de vidros blindados, tem uma diferença, Camozzato!

Por isso nós apoiaremos – Ver. Sgarbossa, líder da bancada; Ver. Oliboni –, nós também nos somamos a V. Exa. na busca da transparência.

Nós sabemos que está sendo analisada, pelo governo municipal, a lei aprovada nesta Casa, de minha autoria, a lei anticorrupção. Ela tem uma sinergia e uma ligação profunda com a Lei da Transparência, profunda, porque nós precisamos saber quem nós estamos contratando. Essas empresas, essas pessoas jurídicas, pela lei federal, têm que ter todo o regramento do chamado *compliance*, o que significa estar de acordo com a legislação, ter postura ética, ter conduta, e não como temos hoje, Ver. Idenir Cecchim, quando empresas que trabalham direito não vão mais licitar com a Prefeitura, porque tem os picaretas que têm cinco, seis, sete empresas-laranjas, terminam os contratos, não depositam a previdência adequadamente, sem falar do não depósito, muitas vezes, do Fundo de Garantia.

Vamos botar as coisas em pratos limpos, vamos aprovar o projeto do Ver. Camozzato com as emendas necessárias e vamos torcer para que o governo municipal sancione o nosso projeto de lei aprovado nesta Casa, que não precisemos discutir possíveis vetos ou coisa do tipo: pela transparência efetiva e para que a gente possa cobrar os infortúnios, como foi aqui colocado anteriormente. Temos que fazer fiscalização, temos que ter

---

controle das coisas públicas e por isso vamos apoiar o seu projeto, Ver. Felipe Camozzato.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu realmente acho importante o projeto do Ver. Camozzato. A transparência não precisaria nem de lei, mas, infelizmente, é necessário. Nós precisamos da transparência até para explicar por que 50 mil contribuintes, ou quase contribuintes, não precisam pagar o IPTU. Eu fiquei mais feliz ainda, Ver. Moisés Barboza, porque o Ver. Camozzato entendeu também que nós precisamos rever a planta do IPTU. Entendi isso, vi a preocupação do vereador e vejo que ele concorda em olharmos com muito carinho e com muita transparência. O seu projeto ajuda a explicar a atualização da planta do IPTU. Por isso queria cumprimentá-lo, por sair na frente. Provavelmente, essas explicações, essa transparência seriam pedidas no momento da votação da nova planta do IPTU. E V. Exa., inteligente como é – eu ainda fico mais orgulhoso de ser o meu Vice-Presidente na CEFOR –, viu que esse projeto lança um olhar mais criterioso sobre um imposto tão importante quanto o IPTU: saber quem paga, qual o bairro, quanto paga e para aonde vai o dinheiro. Nós temos, nesse projeto, um bom começo para uma grande discussão, que já vem há dois anos. Vejo o Ver. Cassiá, que é um profundo entendedor e que discute esse projeto desde o início. Não importa se é a favor, ou se é contra, mas é uma discussão importante na Cidade. Nós não podemos tratar esses assuntos de arrecadação sem termos uma transparência: por que, quanto e quem está pagando. Esse projeto pede tudo isso: qual é o bairro que está pagando, quanto este bairro arrecada, quanto ele recebe de contrapartida do poder público, é assim que deveria ser em toda a Cidade. Ver. Paulinho Motorista, o senhor vai saber quanto Belém Novo paga, e quanto é investido lá.

Parabéns, Ver. Camozzato! Estamos juntos nesse projeto e nos projetos que pedem transparência. Acho que o Brasil está vivendo um novo tempo, Porto Alegre vive este tempo também. Vamos juntos para nos atualizarmos com o projeto de transparência. Certamente vamos estar juntos no projeto que muda, ou inova, ou renova, ou atualiza a

---

planta do IPTU na Cidade, para sabermos quantos pagam, quantos não pagam, quanto se arrecada em cada bairro, quanto o Município está deixando de arrecadar, para que se tenha uma justa tributação, para que seja realmente uma tributação por justiça, e não por impulso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde, novamente, a todos e todas; acho que o Ver. Adeli, de uma certa forma, já falou em nome daqueles que entendem que não têm como ser diferente. Nós queremos transparência. Eu nem diria mais transparência: ou as coisas são transparentes, ou não são transparentes! Não é, Professor Wambert, um projeto que traz mais transparência. Tudo deveria ser transparente, certo? Não há nada na administração pública que não possa ser dito, para que o cidadão possa se apropriar dessas informações e, com isso, discuti-las. Eu digo isso porque votaremos favorável ao projeto, Ver. Robaina, e o Ver. Felipe Camozzato seguidamente... Não estou me lembrando de um projeto nosso, da oposição – a minha memória pode falhar –, que ele tenha votado a favor. Sobe à tribuna e acha um argumento formal para votar contra. Ver. Felipe, estou dizendo isso com o benefício da dúvida, porque eu lembro que o senhor votou contra alguns projetos nossos. Estou lembrando um, do Ver. Janta, aquele que determinava cursos gratuitos nas escolas, Prof. Alex, para que alguém, dentro da escola, pudesse ter uma noção de primeiros socorros, para tentar salvar uma criança, esse foi um dos projetos que o senhor votou contra. Mas nós não nos pegamos aqui aos seus votos, nós queremos o bem da Cidade, no nosso entendimento, e votaremos a favor.

Ver. Cecchim, o senhor trouxe essa informação interessante do projeto. Uma das informações que eu acho que o cidadão tem direito é saber como está a adimplência do seu bairro. Eu louvo a iniciativa, mas quero deixar uma espécie de alerta: quem pensa a Cidade deve pensar a Cidade como um todo. O Ver. Felipe Camozzato geralmente é contra a cobrança de impostos, eu não sei se ele gostaria que um bairro começasse a se unir e se digladiar com o outro, nem as pessoas do próprio bairro, para tentar descobrir

---

quem não está pagando o imposto do bairro. Isso criaria, ao invés de um sentimento de comunidade, que é a justificativa do projeto, e a comunidade não só do bairro, mas a comunidade como Cidade, ou como Região Metropolitana... A gente sabe que, cada vez mais, os problemas da cidade de Porto Alegre são problemas da Região Metropolitana, nós não vivemos... O mundo é um só, Ver. Cassiá, que me escuta, os problemas de onde se instala uma empresa, de onde uma empresa polui afetam quem está do lado ou quem está longe, porque as partículas de uma empresa poluidora viajam milhares de quilômetros, a Terra é uma só, e ela é a nossa moradia.

Faço esse alerta, saudando e dizendo que votaremos a favor, mas fazendo esse alerta para dizer, Ver. Conceição, que, mesmo que um bairro arrecade mais e um arrecade menos, e deve ser assim, com base nas condições econômicas, isso é justiça tributária, isso não quer dizer que aqueles recursos arrecadados naquele bairro que arrecadou mais devam ficar ali. É justamente um pensamento de cidade como um todo que faz com que aquele bairro que arrecadou mais e que não tem as mesmas necessidades de um bairro que arrecadou menos, e não quero entrar nos motivos disso... O fato é que o gestor público, na hora da aplicação dos recursos, com a participação social, deve atender a essas necessidades olhando para o conjunto. Fica aqui um alerta para que a informação chegue como um todo, ou seja, quero saber, como cidadão, a inadimplência, a inadimplência do bairro, quero que os recursos públicos sejam investidos de forma justa em toda a Cidade, e não apenas no meu bairro, conforme a sua arrecadação, porque muitos bairros precisam de mais recursos, mesmo tendo recolhido menos impostos. É essa questão que quero colocar aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS):** Sra. Presidente, colegas vereadores; quero me somar ao Ver. Idenir Cecchim, gostaria de ter dito tudo o que ele disse. Portanto, como ele esgotou o assunto, eu serei breve na tribuna, apenas para lembrar uma máxima que nos foi ensinada por Margaret Thatcher de que não existe dinheiro público, isso é uma falácia, uma ficção, ou mesmo uma alegoria, o que existe é dinheiro

---

da sociedade. Gostaria de lembrar também Jacques Maritain, que tem uma teoria que ele chama de teoria instrumental do estado, que nos lembra de que o estado é uma mera ferramenta do bem comum, o estado não é um fim em si mesmo, ao contrário de algumas doutrinas totalitárias que, inclusive, têm espaço nesta Câmara de Vereadores, que defendem o estado total, o estado como uma divindade, como o senhor de todas as coisas, onipotente e onisciente. Nós cremos que o estado é um mero instrumento do bem comum, uma ferramenta da sociedade para essa realizar seus fins. Todo e qualquer projeto, Ver. Camozzato, que diz respeito à transparência terá o nosso apoio, porque não existe dinheiro público. O dinheiro que está lá é o meu, é o do contribuinte, é de você, que está em casa. Em cada ato seu no mercado, você recolhe, seja nos serviços, seja no consumo, seja no seu imposto de renda, nós somos tributados de todas as formas, e nada mais justo que o cidadão saiba onde seu dinheiro é empregado.

Apenas para discutir a matéria, para dizer do mérito desse projeto, da nossa simpatia, eu me somo ao Ver. Camozzato, pedindo que os colegas ajudem a aprovar esse projeto, porque é bom para a Cidade, é bom para as liberdades e é bom para o governo também, pois sendo bom para a sociedade, também é bom para o governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; o projeto do Ver. Camozzato é um projeto simples, mas objetivo. Eu me lembro, quando nós estávamos discutindo, para corroborar o raciocínio que vocês fizeram... Nós tivemos aqui a Fazenda mostrando a necessidade de aumento de IPTU e fazendo algumas comparações de bairros em relação ao valor venal. Começou a colocar, em vários bairros, alguns terrenos, algumas casas, algumas propriedades, mas não citava de quem, e nos cobrava que ali havia uma defasagem, uma diferença muito grande dentro do mesmo bairro. Acho que esse projeto, além de trazer a questão da transparência, pode dar um balizador para o futuro, Camozzato, se o bairro está se desenvolvendo ou não. Vai mostrar, ano a ano, o seu crescimento, a adimplência e a inadimplência, mas, principalmente, aí que me reporto, aqueles investimentos que vêm

---

pág. 29

---

para o bairro, porque, se vêm investimentos, a arrecadação cresce. Naturalmente, tem bairros que vão se transformar, e outros servem para balizar, como, por exemplo, o 4º Distrito, para dar uma visão de que ali necessita de uma mudança até radical em vários aspectos, incentivo para construir. Porto Alegre tem que notar que tem algumas regiões que por mais que se cobre... Por exemplo, todos nós conhecemos a questão da Arena do Grêmio. Era uma das regiões mais degradadas em Porto Alegre. Agora eu fiquei sabendo que o Grêmio só compra aquela área, se fizerem as transformações na região para o cidadão, o que vai fazer a valorização do bairro e, conseqüentemente, a valorização da Cidade. Então, o Grêmio precisa de uma coisa, mas quer outra. O Ministério Público e a Prefeitura devem entrar para fazer uma coesão de pensamentos para elaboração de um projeto amplo de valorização daquela região, de valorização dos imóveis, de cadastramento, de abertura de ruas, de melhor estrutura, enfim.

Camozzato, vamos votar a favor, porque ele traz vários ângulos de melhoramento da Cidade. O cidadão vai sentir que o seu bairro está sendo desenvolvido, ele não quer saber quanto o seu vizinho pagou, ou se não pagou, não é disso que nós estamos tratando, mas ele tem a transparência do global sobre o bairro, sobre a região, o que está crescendo, o que não está crescendo, ele passa a ser um senso verdadeiro de conhecimento econômico do bairro. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores; venho à tribuna neste período de discussão do projeto de lei de autoria do Ver. Felipe Camozzato para instituição de uma política de transparência na cobrança do nosso IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana. Existe uma infinidade de pautas, uma infinidade de discussões e assuntos em que há uma divergência brutal entre a perspectiva de mundo do Ver. Felipe Camozzato e a minha, uma enorme divergência em muitos assuntos. Mas, na questão da transparência nos atos do poder público, a sua prestação de serviço à população e o bom uso dos recursos oriundos dos tributos pagos por toda a sociedade, eu acredito que há também uma grande convergência. A questão

---

de transparência tem que ser progressivamente aprofundada na nossa sociedade em todos os seus aspectos. Aqueles que não concordam com transparência que não procurem, não busquem uma carreira pública, um cargo eletivo, ou a responsabilidade incumbida na prestação de um serviço à população. O simples fato de existirem servidores públicos e de existirem pessoas ocupando cargos eletivos e cargos comissionados já diretamente se relaciona à transparência na execução dos seus trabalhos e, também, nos recursos que estão envolvidos nessas práticas. Portanto, eu venho à tribuna saudar a iniciativa do Ver. Felipe Camozzato. Nós precisamos que haja cem por cento de transparência em todos os aspectos da administração pública, que tudo seja facilmente acessível para o contribuinte. Ele deve saber de onde sai a matriz de cálculo dos seus tributos, deve, é o seu direito como contribuinte. Portanto, venho saudar essa iniciativa.

Da mesma forma como há um importante fundo de arrecadação desses tributos, nós precisamos também analisar outros aspectos que poderiam qualificar os espaços públicos, as vias urbanas e toda a nossa Cidade: a questão das contrapartidas propostas por empresas, principalmente por grandes construtoras, ao executarem um empreendimento. O Ver. Cassiá Carpes traz para o debate, antes de mim, a questão das obras no entorno da Arena do Grêmio, lá no bairro Humaitá. Muitas dessas contrapartidas que foram asseguradas pela construtora OAS não saíram do papel. O empreendimento foi permitido por conta das contrapartidas; se elas não saem do papel, a obra não deveria ter sido erguida. O Grêmio deveria estar continuando a mandar os seus jogos dentro do Estádio Olímpico, no bairro da Azenha, que hoje se torna um elefante branco, um mausoléu dos maus negócios na cidade de Porto Alegre, encravado em um bairro nobre desta Cidade. O próprio Ver. Cassiá Carpes aponta como uma condicionante do clube Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense para adquirir a tal da Arena a execução dessas contrapartidas. Mas a OAS não está falida? A Arena tem dívidas com a sociedade, com os moradores do entorno. Portanto, o adquirente da Arena, aquele que é o seu operador financeiro, é que deve se responsabilizar pela nossa Cidade, pelo Município de Porto Alegre, pelo contribuinte e, principalmente, pelo morador da região, porque as contrapartidas foram colocadas no papel, foram acordadas, mas não foram implementadas, e isso não é responsabilidade da Cidade, nem do cidadão; é, sim, do proprietário da Arena do Grêmio... (Som cortado automaticamente por limitação de

---

pág. 31

---

tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...seja aquele que colocou o primeiro tijolo, a primeira pedra de alicerce, ou aquele que vai adquiri-lo na sequência dos eventos. A população não deve ser onerada por conta de maus negócios, incompetência e irresponsabilidade administrativa, sejam de entes públicos ou privados. Portanto, que a sociedade tenha de volta o que lhe é de direito, aquelas obras precisam ser implementadas, e isso deve ser cobrado dos empreendedores, ou daqueles que terão ali, na sucessão, a exploração dos direitos daquele próprio. Um grande abraço a todos. (Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Cara Presidente, senhoras e senhores vereadores; senhoras e senhores, a nossa saudação a todos e a todas; nós estamos aqui para dizer que vamos votar favorável ao projeto do Ver. Felipe Camozzato. Ele tem, no seu cunho, a transparência da forma como se calculam os elementos que fazem parte da base de cálculo do IPTU. Isso é positivo, até porque informa ao cidadão qual o valor estabelecido para o seu imóvel e de que forma chegaram a ele. Portanto a nossa saudação e o nosso apoio.

Eu quero fazer um pequeno parêntese de tudo aquilo que se falou na tarde de hoje. Vou começar pela questão do Grêmio. O Grêmio só compra se forem feitos beneficiamentos, claro, a custa do governo municipal. E a transparência, eu não me canso de dizer que, toda vez que se fala do setor público, do servidor público, do empregado público e dos políticos, e com razão, se fala que, na verdade, os recursos vêm da sociedade para pagar a sua remuneração, está perfeitamente correto.

Por outro lado, se esquece sempre que, na verdade, a remuneração no setor privado – milionária para muito poucos, e uma má remuneração para os demais –, também esse recurso vem da sociedade, minha cara Presidente, quando se adquirem produtos ou serviços. Portanto, também é preciso transparência. A transparência precisa-se para o setor público, o que insistentemente se cobra e com razão, repito, mas se cobra muito pouco a transparência do setor privado, Ver. Alex, V. Exa. falava e encaminhou sobre isso no fim. É por falta de transparência no setor privado que ocorrem esses crimes

---

hediondos, como, por exemplo, o acontecido lamentável de Brumadinho. A primeira coisa que a Vale disse – uma empresa que valia quase R\$ 400 bilhões – é que a papelada estava em dia. Papel sinaliza muito pouco e papéis forjados são criminosos. Acontecem essas coisas, porque a iniciativa privada não segue a transparência. Temos exceções brilhantes sim.

Olhem o que aconteceu agora no Flamengo, num contêiner, sem licença! Eu sou funcionário público há quase 50 anos. Imaginem se isso tivesse acontecido no setor público. Imagine V. Exa., que é servidor público, também professor, como eu, o que teria acontecido! No Brasil, historicamente – aí falo o que disse ao Ver. Wambert –, em tudo o que acontece falta fiscalização! Será que uma empresa que vale bilhões, como a Vale, precisa ter... São só 50 fiscais no Brasil para resolver 24 mil barragens. Impossível! Precisamos, para diminuir o tamanho do estado, a responsabilização do setor privado, porque o que acontece – não estamos defendendo, criticando o tamanho do estado, não é isso que estamos falando – é o seguinte: é muito fácil uma empresa dizer que está com o papel certo, mas fez tudo errado, e a culpa é do fiscal federal. Repito: 53 para fiscalizar 24 mil barragens. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Precisaríamos quadruplicar, ou muito mais, a quantidade de fiscais, precisaríamos de 500, 1.000 fiscais para atender a tudo isso, e o tamanho do estado cresceria enormemente. Portanto, a transparência, vou repetir, é necessária e meritória no setor público, mas não deixemos de lado o setor privado, pois também tem acontecido catástrofes, uma em cima da outra, porque a transparência é zero, muito poucos conhecem o que está acontecendo ali dentro. Aquele abraço, parabéns, Ver. Camozzato, vamos votar favorável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 305/17.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a nossa Presidenta, Ver.<sup>a</sup> Mônica; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; fiz questão de vir aqui falar, porque este é um assunto que me provoca também, Ver. Camozzato, à medida que, lá no governo Fogaça, foi de minha autoria a criação do *site*

---

---

de transparência de Porto Alegre. No próprio governo Fogaça, houve uma atenção muito especial à medida que, a partir da implementação, o governo municipal ganhou vários prêmios, inclusive internacionais, sobre o *site* de transparência naquele formato. Depois houve várias modificações, com emendas e projetos de novos vereadores, e hoje a informação está mais ampliada, mas ainda com uma enorme deficiência. A sua iniciativa, quando fala em tornar mais transparentes os valores do IPTU... Eu encaminhei um pedido para o governo, demorou seis meses para vir a resposta, mas veio. Tenho, por exemplo, aqui, a receita do IPTU por bairro. Agora, se eu perguntar para qualquer colega, vereador ou vereadora, qual é a receita do IPTU do ano de 2018, ninguém sabe. Eu sei porque veio para mim agora. Se tivesse, no *site* Transparência, por bairro... Eu acho que é uma discussão muito pertinente que, no futuro, a Casa pode fazer, eu até estava estudando a viabilidade de fazer um PL, pois alguns bairros têm uma receita enorme; outros, bem menor, porque são da periferia da Cidade e, na verdade, não recebem investimento nem de 20% da receita de IPTU. Por exemplo, o valor do IPTU recolhido em 2018 é de R\$ 457.862.320,19. Vou citar alguns bairros. Vocês sabem quanto recolhe de IPTU o bairro Santana? R\$ 8.837.401,95. Os senhores sabem quanto recolhe de IPTU o bairro Partenon, que é a região onde nós mais atuamos? R\$ 7.250.165,16. Se nós vamos olhar para outros bairros, vamos pegar o Jardim Europa: R\$ 11.821.873,47. Nós não temos nenhuma informação desse tipo no *site* Transparência. Mas por que não vamos ter, por exemplo, do ITBI? Por que nós não poderíamos ter, por exemplo, o valor que o Município tem de retorno do IPVA? Nós temos tantos assuntos que poderiam melhorar a informação, Ver. Cassiá, do *site* Transparência, e, infelizmente, não temos acesso. Então, qualquer iniciativa que dialoga com essa ideia de transparência, principalmente de recursos, nós não só vamos apoiar, como votaremos favorável. É como se nós perguntássemos: qual é a receita das multas que a EPTC impõe aos cidadãos e cidadãs na nossa Cidade? Nós não sabemos.

Portanto, estamos contigo, Ver. Camozzato, um bom trabalho, um bom projeto. Parabéns! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 305/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADA.**

Em votação o PLL nº 305/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Gostaria de cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger pela passagem do seu aniversário na data de hoje. Que Deus a ilumine, a proteja sempre, com muita saúde. Parabéns de todos os colegas da Câmara. Felicidades, Vereadora!

**Vereador José Freitas (PRB) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLCL nº 007/18 por uma sessão, passando a ocupar o primeiro lugar na ordem de priorização.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos passar imediatamente à discussão e votação do PLCE nº 011/18. Após retornaremos à ordem normal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 07 ao PLCE nº 011/18.

Aprego a Emenda nº 10, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 10 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

---

Em discussão o PLCE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores; em discussão agora o projeto do governo municipal a respeito de alterações na legislação com relação à venda do chamado solo criado. Este ano, 2019, é o ano em que vence o Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Uma das leis mais importantes para o planejamento e estruturação da nossa Cidade, da nossa Capital, projeto esse em que nós discutimos as vias urbanas, a ocupação do solo, as atividades comerciais, residenciais e também a taxa de ocupação e adensamento das diferentes regiões do Município de Porto Alegre. É um projeto bastante complexo, um projeto muito denso, que vai tomar muito tempo de discussão, deliberação e debates desta Casa Legislativa.

O projeto do Plano Diretor demanda, inclusive, a criação de uma comissão especial para a sua discussão. Envolve também, de forma significativa, a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação desta Casa. Em ano de Plano Diretor, cabe destacar também que uma das últimas falas que o prefeito Nelson Marchezan Júnior proferiu nos veículos de comunicação é que não há pessoal qualificado – ou talvez ele tenha usado o termo capacitado – para encabeçar esse debate no nosso Município. O prefeito não encontra corpo técnico com conhecimento para discutir a cidade que queremos, a cidade de que precisamos e a cidade que os porto-alegrenses merecem ter. E, desdenhando desse processo, dessa lei tão importante que regravará a ocupação do solo de Porto Alegre para os próximos dez anos, promove uma série de gambiarras, e esta é uma gambiarra. É claro que nós poderíamos ter todos esses ajustes sendo adequados, incorporados e também pautando as nossas discussões dentro do Plano Diretor, que é, repito mais uma vez, uma das leis mais importantes de uma cidade. Eu, pessoalmente, milito a favor da natureza, milito em prol desta Cidade, que já foi a mais arborizada do Brasil, dentre as capitais do nosso País. Já foi, perde, a passos largos, esse terreno, transformando-se numa cidade cinza, numa cidade pavimentada, numa cidade coberta de concreto, onde a ocupação do solo, a especulação imobiliária e as construções pipocam cada vez mais, avançando para áreas que eram reservas verdes, como a nossa zona rural. Portanto, eu não posso concordar com iniciativas como esta, que podem alterar significativamente determinadas regiões da nossa Cidade, aumentando a capacidade construtiva,

---

---

verticalizando, cada vez mais, a nossa Cidade talvez de forma irresponsável! É claro que nós precisamos repensar e rediscutir o modelo de cidade que temos, aumentar a concentração de empreendimentos onde há plena capacidade da cidade de absorver esse adensamento. Mas, a venda de índices em balcão, principalmente de forma vertiginosa, pode alterar a nossa paisagem de forma bastante nociva. Por conta disso, eu peço que esta Casa Legislativa volte a discutir este tema dentro das discussões do Plano Diretor. Um grande abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/18.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, pergunto aos meus colegas vereadores respeitosamente: as senhoras e os senhores têm consciência, têm tranquilidade para votar um projeto tão denso, com tantos artigos, incisos, parágrafos, como este do solo criado ainda nesta tarde, no ano em que deveríamos estar montando a comissão especial do Plano Diretor? Os senhores vão repetir, vão engolir a ideia de jerico do prefeito de fazer um Plano Diretor a prestações, picadinho, fatiado? Onde está a responsabilidade nossa, de 36 vereadores, com a Capital dos gaúchos? Não é brincadeira! Nós não estamos aqui para brincar, não estamos aqui para engolir sapo! Nem sapo, nem perereca, nem cobra, nem lagarto, nem jacaré! Nós estamos aqui para defender uma cidade inclusiva, uma cidade para as pessoas! Eu ainda não debati com o Alex nem com as bancadas do PT e do PSOL sobre um tema que sempre é recorrente aqui, Alvoni, a altura. Na minha questão, o problema não é necessariamente a altura, mas nós nunca discutimos, Alex, por que 52 metros de altura a mais alta, e a segunda, 42? Onde está escrito? Onde foi debatido que Porto Alegre tem essas alturas e papo final? Eu conheço cidades que têm prédios com mais altura do que os de Porto Alegre, mas têm mais sol, mais ventilação, têm mais ar, têm mais saúde.

Antes o Alex e eu discutíamos sobre as paredes verdes, projetos esses que estou pedindo, esta semana, priorização de votação, para incluí-las no nosso Código de Edificações. Já há um elemento desses no mobiliário urbano, mas eu quero propor uma legislação específica de incentivo a essa questão. O grande problema é o adensamento.

---

O adensamento se dá de muitas formas. Nós temos, no Centro Histórico, muita dificuldade sobre o adensamento e não tem mais solução; é assim, terminou. Agora, em outros bairros, em outras regiões, nós temos que planejar.

Em 1914, João Moreira Maciel escreveu o Plano de Melhoramentos de Porto Alegre. Por sinal, tem um livro da professora Célia Ferraz brilhante sobre isso, brilhante sobre essa questão! Coisa que o prefeito evidentemente desconhece. O prefeito que diz que não tem pessoas capacitadas na SMAMS para dirigir esse negócio, é um prefeito que tem raiva de funcionário público, odeia funcionário público, não quer funcionário público, mas quer contratar uma consultoria de fora, de outro país, de outra província, quando nós temos a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das maiores escolas de urbanismo deste País, e outras faculdades que podem nos ajudar a criar um Plano Diretor. Plano Diretor, prefeito, não é essa ideia de jerico que o senhor apresentou, na terça-feira passada, de fazer em prestações. Esse projeto dos índices faz parte dessa ideia mirabolante, que não tem nada a ver com a realidade. Prefeito, respeite as pessoas que trabalham com o senhor! Respeite a tradição política desta Cidade! Não, convenhamos, prefeito, o senhor acha que aqui tem um bando de bundões, como o senhor falou? O senhor está muito enganado! Porque aqui tem gente que pensa, aqui tem gente que estuda, aqui tem gente que trabalha e não se pauta pelo salário de vereador, se pauta pelos interesses da cidade de Porto Alegre! Esse é o debate, o resto é balela!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/18.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, colegas; subi à tribuna porque ouvi atentamente o Ver. Adeli e não posso ficar quieto. Ver. Adeli, eu peço um pouquinho da sua atenção, porque o senhor usa um pronome de tratamento chamando o prefeito de senhor e, depois, o senhor chama ele de jerico. E o senhor chama todos nós de incompetentes por tabela! Eu me sinto muito apto de votar e discutir este projeto, porque este projeto não é novidade! Eu entendo que o senhor deveria ir ali, como outros vereadores parece que vão fazer, e pedir simplesmente o adiamento, para ter mais tempo de ler! Acho que todo mundo aqui pode até acolher a sua ideia, como parece que vamos

---

acolher a de um colega pedindo para discutir na próxima sessão. Agora, vir dizer que nós todos somos incompetentes, dizer que todos nós aqui não temos condições de avaliar e votar? O senhor tenha respeito aos 36 vereadores! Eu não vou ficar mais quieto ouvindo o senhor chamar o prefeito de jerico! O senhor tenha respeito, porque ninguém fica ofendendo o senhor aqui. Sei que não tenho o costume de fazer o que eu estou fazendo aqui, mas chega! Chega de adjetivar, chamar, botar nome na palavra das pessoas que não estão presentes! Eu estou falando para o senhor: não vou admitir mais! E me sinto muito apto a discutir este projeto. Se o senhor quiser discutir na próxima sessão, o senhor encaminhe, respeitosamente, a sua reivindicação. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/18.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras; aproveitando a deixa do vice-líder do governo Moisés Barboza, eu já encaminho o pedido de adiamento por três sessões. Eu consegui emprestado o projeto, não trouxe meus óculos, mas, lendo o art. 16, pela minha humilde incompetência para tratar desse projeto, eu reconheço, eu vejo que o art. 16 cria um fundo municipal de gestão de território. Eu sou um defensor dos fundos, já fiz vários projetos de criação de fundos nesta Casa. O que me surpreende, ao ler essa proposta – por isto peço o adiamento por três sessões, para poder ler, a maioria dos vereadores não tem sequer o projeto em mãos, ele entrou hoje à tarde para votação –, é que o art. 16, que cria o fundo municipal de gestão de território, no seu parágrafo único, passa para esse fundo as contrapartidas. As contrapartidas de um investimento que se instala na nossa Cidade passam para o fundo agora. O fundo fica responsável pela implementação de infraestrutura urbana nas aquisições, desapropriações, despesas administrativas e judiciais decorrentes das obras vinculadas ao sistema de transporte viário e projetado.

Nós tivemos alguns investimentos que vieram para Porto Alegre, que estão em Porto Alegre, que se localizaram em Porto Alegre. Eu pego o exemplo da Av. Ipiranga, onde uma rede de supermercado se instalou e fez vários acessos no decorrer da Av. Ipiranga, duplicando até algumas avenidas. Pego o exemplo da duplicação dos dois *shoppings*, que

---

criaram vários acessos. Pego vários outros exemplos de condomínios que se instalaram em Porto Alegre e fizeram até obras enterradas, como se fala, que a gente não vê. A instalação de equipamentos públicos, praças, parques e a preservação de bens tombados, tudo vai passar para o fundo, tirando a responsabilidade da contrapartida ou dos investidores ou das pessoas que estarão fazendo as obras, ou trabalhando na cidade de Porto Alegre. Em função dessa pequena e rápida leitura que eu fiz, nós temos que nos inteirar de todos os projetos, as nossas assessorias se inteiram, mas nós estamos num período em que só a metade dos nossos gabinetes funcionam, porque o pessoal está de férias, ou está concluindo alguns outros trabalhos. Eu venho pedir ao governo o adiamento da discussão desse projeto por três sessões, para a gente poder se inteirar bem desse projeto e poder, com certeza, após isso, votar essa matéria. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 011/18.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; primeiro, quero pedir muita calma ao nosso colega, Ver. Adeli Sell. Eu acho que as aulas de direito estão insuflando ele para chegar aqui muito valente, mas a valentia tem limites, quando quer nos colocar todos num mesmo balaio, querido Ver. Moisés Barboza. Não dá, tem que discutir, mas não pode ser na histeria. A UFRGS, a nossa universidade federal, tem muitos gênios lá dentro, mas o que tem de tranca-rua nessa universidade é uma coisa impressionante! Eu não daria nada para eles discutirem por nós, eu quero discutir. Eu não quero repassar para a UFRGS, Ver. Adeli, eu quero nós discutindo esse assunto. Não tem nada que passar para doutos que vivem no mundo da lua, tem que ser nós, que circulamos pela Cidade. Quanto a esse projeto, eu acho que foi muito bem pedido o adiamento por três sessões.

Eu queria aproveitar este momento para cumprimentar o governador Eduardo Leite por ter mantido o calendário da folha de pagamento do ex-governador Sartori. Eu acho que a esquerda que votou no Eduardo Leite hoje está feliz. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando o adiamento da discussão do PLCE nº 011/18 por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Aprego o processo SEI nº 037.00020/2019-72, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação em reunião com parlamentares da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, em Brasília, nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Aprego a Emenda nº 11, de autoria dos vereadores Alvoní Medina e José Freitas, ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 11 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria desta presidência, solicitando o adiamento da discussão do PELO nº 004/17 por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PR nº 014/18. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; caríssimo Ver. Moisés Barboza, sua ideia é importante e tem o nosso apoio. As boas ideias têm o nosso apoio, a nossa militância aqui e na sociedade. Efetivamente, para que as coisas comecem a acontecer, que se possa debater simultaneamente nas comissões, depois da CCJ, nós vamos aprovar o projeto de V. Exa., mas quero alertar, como já o fiz de outra feita, não se esqueça V. Exa. de que há alguns vereadores de algumas comissões que são useiros e vezeiros de trancar os projetos de lei, não sei por que razão, mas eles devem influir. Inclusive acho que a sua ideia dá condições de a gente, nas comissões, chamar debates sobre os projetos, como se faz, às vezes, na Assembleia Legislativa. Mais debates nas

---

comissões, mais atenção aos projetos, bons pareceres, leituras. Enfim, tem o nosso apoio, tem merecimento, é uma ideia muito boa, que vingue essa boa ideia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 014/18, pela oposição.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Ver. Moisés Barboza, parabéns pelo projeto. Acho que a Cidade merece. Alguém aqui falou, no início da discussão, que é comum, infelizmente, projetos ficarem nos gabinetes durante muito tempo. Eu até tinha pensado em fazer uma emenda ao seu projeto, mas acho que é um tema que pode ser tratado separadamente, que é o pedido de diligência. O pedido de diligência, nesta Casa, não tem uma regulamentação do prazo necessário para que o pedido seja respondido. Eu estava com vontade de fazer uma emenda no seu projeto para determinar um prazo razoável. O pedido de diligências serve para retardar o projeto. Digo isso porquê, como autor – e isso pode servir para todos os lados, Ver. Mauro –, tenho três projetos que, há mais de um ano, aguardam resposta a pedido de diligência. Isso é inaceitável, é logicamente procrastinatório. Os vereadores que fizeram os pedidos, inclusive, nem estão mais aqui, mas o projeto continua lá parado, aguardando a manifestação. Eu não vou entrar aqui no detalhe dos projetos, pois não se trata do mérito desses projetos, mas do fato de que um colega vereador pede diligências, o presidente da Comissão aceita e o projeto fica parado. Faz um ano, um ano e meio que esperamos as respostas. São três projetos do nosso mandato que estão nessa situação. Isso não pode acontecer, Dr. Goulart, ficar um ano e meio esperando uma resposta – isso não pode acontecer. Então, parabéns, torcemos que a tramitação seja cada vez mais célere.

Tem um outro tema que é o pedido de vista, quando tramita nas comissões. Nós sabemos que é comum, está lá no nosso Regimento que, quando houver acordo, que não precisa estar em ata, pode ser apenas um consenso, as assinaturas de aprovação podem ser pegadas fora da reunião, isso é bem comum. Vemos aqui as assessorias das Comissões pegando as assinaturas dos vereadores, isso é uma praxe comum. Num determinado momento, eu solicitei vista, e o então presidente da Comissão, Dr. Thiago, agora deputado, negou vista. Discutimos judicialmente isso. Foi uma pena ter uma negativa de

---

vista por uma coisa tão simples. Há muito o que melhorar ainda em nosso Regimento, e esta tramitação simultânea em todas as comissões é um avanço. Então, parabenizamos o vereador e votaremos a favor, com certeza. Obrigado.

(Não revisado pelo orador)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o PR nº 014/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Requerimento da Mesa Diretora (Lê.): “A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, tendo em vista acordo de Mesa e Lideranças encaminha, para fins de apreciação do Plenário, nos termos do art. 3º-A da Resolução nº 2.070, de 2007, alterada pela Resolução nº 2.169, de 2010, as indicações dos Vereadores Prof. Wambert, e Márcio Bins Ely, para ocuparem, respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, pelo prazo de um ano, conforme o art. 7-A da referida Resolução. Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2019. Assinam Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Presidente; Ver. Reginaldo Pujol, vice-presidente; Ver. Mendes Ribeiro, 2º vice-presidente; Ver. Alvoni Medina, 1º secretário; Ver. Paulo Brum, 2º secretário e Ver. Paulinho Motorista, 3º secretário.” Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Adeli Sell, do Ver. Prof. Alex Fraga, do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Marcelo Sgarbossa, da Ver.<sup>a</sup> Karen Santos e do Ver. Cláudio Janta.

**Vereador Cláudio Janta (SD) (Questão de Ordem.):** Presidente, eu represento uma bancada aqui na Casa e não estou sabendo de acordo nenhum para a Escola do Legislativo, muito menos com o Ver. Márcio Bins Ely a continuar na escola, até porque ele não fez nada quando foi o responsável pela Escola do Legislativo. Então, estou estranhando; aqui disseram, o Ver. Cecchim ou o Ver. Bosco, que foi um acordo – acordo. Não estou sabendo de acordo nenhum. Eu estou dizendo o seguinte: não estou sabendo de acordo nenhum para a Escola do Legislativo. O que eu estou sabendo é que a CCJ fez um curso para conselheiro tutelar, e aí a dita Escola do Legislativo tentou entrar na carona da CCJ para botar o seu “chamegão”. Então, se puder adiar essa votação, eu peço adiamento, senão eu voto contrário a isso aí, porque o Solidariedade não sabia de nada, não sabia que iríamos votar para a Escola do Legislativo.

**Vereador Reginaldo Pujol (DEM) (Questão de Ordem.):** Sra. Presidente, o acordo a que se refere é o estabelecido há dois anos, que estabeleceu que a Escola do Legislativo seria presidida, durante o período, pelo Ver. Márcio Bins Ely e com o Ver. Wambert como seu vice-presidente; e, no segundo período, inverteria. Então, o que está se cumprindo é o negociado na ocasião. Obviamente que a negociação pode ser desfeita se alguém entender de fazê-lo. Eu não entendo assim, acho que o que é acordado deve ser mantido. Quem não assinou o acordo, como alguns colegas, tem todo o direito de discordar; agora, quem assinou, e até, de certa forma, promoveu, ao meu juízo, deve cumpri-lo.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente Mônica, só queria esclarecer, como a votação foi feita muito rapidamente, e *a posteriori* foi feita uma Questão de Ordem pelo Ver. Janta, uma Questão de Ordem muito importante, porque, afinal de contas, contrariou a ideia de que foi feito um acordo de todas as bancadas e, na verdade, não foi. Primeiro, porque a oposição não está contemplada em nenhum dos acordos que dizem respeito à gestão da Mesa, nós não tivemos a proporcionalidade na composição da Mesa, de tal forma que a oposição está excluída de todos os acordos que são feitos nesse terreno. E não é nenhuma reivindicação por esse acordo específico, porque eu acho que a política é uma política errada, também nisso compartilho do mesmo balanço que foi feito pelo Ver. Janta. Não é responsabilidade nossa nem da gestão anterior, nem dessa, porque ela não é feita a partir de um acordo, é feita a partir de votação e, no caso da votação, nós estamos contra: contra o método e, nesse caso específico, também contra o mérito. O próprio Ver. Adeli Sell há horas tem feito uma disputa para a participação dele, não individual, mas dele como uma pessoa especializada, preocupada, com formação política, querendo aportar para a Câmara. Infelizmente, nesse caso, nós não conseguimos viabilizar isso, que ajudaria muito a que nós tivéssemos aqui, de fato, um processo de estudo, de elaboração, que a Câmara pudesse fornecer isso para a Cidade, coisa que hoje não fornece, infelizmente.

**Vereador Reginaldo Pujol (DEM):** Sra. Presidente, se a senhora julgar relevante, eu até aceito a transferência para ser objeto de votação em oportunidade posterior, mas não posso deixar transitar a colocação de que a Mesa tenha realizado alguma atitude

---

inadequada e em desrespeito às regras regimentais. É da competência e da responsabilidade da Mesa propor a direção da Escola do Legislativo, como foi feito anteriormente, há dois anos. Eu asseguro que, na ocasião, Sra. Presidente, pode que as pessoas tenham se arrependido posteriormente, mas o que foi acertado, na ocasião, pelos signatários do acordo é que haveria uma alteração na Constituição, que, inicialmente, era presidida pelo Ver. Márcio Bins Ely e como vice o Ver. Wambert. O inverso ocorreria nos dois anos posteriores. Esse acordo eu sei que ocorreu, não foi do Ver. Robaina, cuja aceitação do acordo foi posterior, quando nós aceitamos, emendando o acordo de que a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esportes fosse dirigida pelo seu partido, o PSOL, o que está ocorrendo, acredito eu, com a maior competência possível. Agora, de resto, querem adiar, podem adiar, mas não façam sob pretexto inadequado. Se o Ver. Adeli não está conformado – aliás, o vereador hoje está inconformado com tudo! –, isso é um problema que não nos pertence. A maioria da Casa que subscreveu o acordo que está sendo rigorosamente cumprido é exatamente aquela que deferiu essa situação que agora estão impugnando. Que é a oposição que impugna, tudo bem; agora, que a maioria que subscreveu negue, eu não posso concordar.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Tendo em vista essa situação ocorrida aqui, eu declaro nula a votação da indicação da presidência e vice-presidência da Escola do Legislativo Julieta Battistioli. Vou trazer novamente para votação, na próxima quarta-feira, inclusive com a possibilidade de que outras pessoas possam também se inscrever nesse processo de comandar a escola.

(17h15min) Está encerrada a Ordem do Dia. Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

---

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero agradecer ao Ver. Mauro Zacher, que me cedeu o seu tempo em Comunicações. Quero falar de um tema que foi debatido no Grande Expediente pelos vereadores Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell e Oliboni, que são os 39 anos do Partido dos Trabalhadores. O Ver. Marcelo ainda falou da contribuição do PT para o Brasil, falou que deixa saudade e marcas. Realmente, o PT contribuiu muito para o Brasil, contribuiu para destruir qualquer sonho dos trabalhadores de ter uma redução da jornada de trabalho, qualquer sonho dos trabalhadores de avançar nas suas vitórias e conquistas, qualquer sonho dos trabalhadores de ter o fortalecimento das legislações trabalhistas, qualquer sonho dos trabalhadores de ter condições de vida melhor. Deixa saudades, saudades nos grandes empresários que faturaram e enriqueceram durante o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no governo. Deixa uma marca, uma marca forte, a ferro e fogo, uma marca que jamais será tirada, a marca da corrupção, de achar que nada vai acontecer, de achar que o que acontece na sala, na cozinha não chega no quarto. Uma marca de dizer que nada aconteceu consigo, mas acontece com os outros, uma marca de destruir os fundos de pensão, uma marca, Ver. Marcelo, de destruir a Petrobras, uma marca de destruir os sonhos de milhões e milhões de brasileiros de ver um país forte. E ainda as conquistas do governo Dilma e do governo Lula, conquistas que nós estamos esperando, conquistas que foram ao vento. Eu acho que, quando foi fundado, tinha um sonho que virou utopia, a realidade foi dura e cruel com o Partido dos Trabalhadores. O seu principal nome já teve duas condenações, os seus líderes, a maioria está na Papuda; os seus colaboradores principais, os grandes empresários, foram parar também na Papuda. Tirou o dinheiro que deveria ser investido no Brasil e foi investir em outros países, não investindo em infraestrutura; fez o crime ambiental, que foi o rio São Francisco; permitiu que outras grandes mazelas fossem feitas no nosso País. Mas as duas principais são a corrupção, que nunca foi tão grande como no governo do Partido dos Trabalhadores, e, principalmente, o não entregar para os trabalhadores o que se comprometeu. Nem um segundo de redução da jornada de trabalho, nem um avanço nas questões trabalhistas, pelo contrário, foi no governo do PT que veio a terceirização, a precarização do trabalho, e a pedra fundamental foi nos dois últimos anos do governo Temer, que seguiu essa política. Volto a dizer: quem votou na Dilma votou no Temer, estavam juntos. Não adianta dizer que foi um golpe. Golpe deram no povo brasileiro nos

---

---

últimos anos; golpe deram quando disseram que fariam políticas voltadas para o povo; golpe deram quando disseram que melhorariam a vida do povo brasileiro, e somente se viu corrupção, roubo, o Brasil entregue, as nossas riquezas entregues, como a Petrobras, como foram destruídos os fundos de pensão, e, principalmente – como já falei na semana passada –, o caso dos credores da previdência, onde há vários parceiros do governo do PT... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Dizer que esse partido, que aqui na nossa Cidade criou o orçamento participativo, que veio da origem sindical, que veio da origem dos mais humildes perdeu-se feio no curso da sua história, deixando nos últimos anos somente vergonha e tristeza para os trabalhadores e suas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR DR. GOULART (PTB):** Caro Sr. Presidente, Reginaldo Pujol; boa tarde, minhas queridas vereadoras e vereadores, visitantes e televisão da Câmara. É impressionante como tem morrido gente em acidentes de helicóptero – que coisa fenomenal isso. E não se fala tanto nisso, mas como morre gente nesse tipo de acidente. Lembro que a primeira vez que ouvi falar em acidente de helicóptero foi quando o meu pai servia na vice-presidência da República, com o João Goulart, e morreu num acidente de helicóptero o Sr. Roberto Silveira, o grande governador do estado do Rio de Janeiro. Naquela época, tinha, no Rio de Janeiro, o Distrito Federal, havia outros candidatos, mas ele era candidato lá no Rio de Janeiro, em Niterói, em São Gonçalo, e morreu. Era querido, jovem, promissor, trabalhador, o Sr. Roberto Silveira – isso nos anos de 1960. E hoje à tarde, o jornalista Boechat, num acidente de helicóptero, nos deixa, ele que era um grande articulista, um grande pensador, um grande comunicador, para o qual já peço o último minuto da minha fala, Presidente, um minuto de silêncio para tão insigne criatura.

Vamos nos lembrar de que alguma discussão nós temos que começar a fazer, e eu acho que vou falar mais vezes. Eu comecei introduzindo esse assunto na última fala e hoje vou voltar a falar dele para os senhores. Saibam vocês que o orçamento da União para a

---

saúde é de R\$ 128 bilhões – esse é o orçamento da saúde do governo federal. Pasmem: R\$ 4 bilhões – vou voltar a dizer, Ver. Pujol, meu mestre –, R\$ 4 bilhões são dados para esse programa Proadi. E esses R\$ 4 bilhões, Srs. Vereadores, Robaina, que tem me acompanhado sempre nas críticas boas, pasmem, são dados para cinco hospitais do Brasil: Hospital do Coração, Hospital do Câncer, Hospital Sírio-Libanês, Hospital Albert Einstein e para o nosso Hospital Moinhos de Vento. Esses R\$ 4 bilhões são para reforçar o atendimento? Não. São para reforçar as consultas? Não. São para aumentar o número de cirurgias, cujas filas se perdem pelos meandros, pelos subterrâneos da Cidade? Não. Simplesmente, os R\$ 4 bilhões dados pelo programa Proadi são dados para ensinar a operar, ensinar a fazer exames, a pedir exames, para formar residentes, para formar especialistas. E para atender o povo brasileiro que precisa de saúde? Não? Como é que ninguém se rebelou no centro do País quando surgiu o Proadi? Por que ninguém se rebelou? Eu não sabia que estava acontecendo isso, agora fiquei sabendo. Foram R\$ 4 bilhões entregues para treinar hospitais, para formar pessoas.

E aí entra o Telessaúde. Vocês viram que barbaridade é o Telessaúde agora? Numa zona em que a pessoa estiver precisando de atendimento, se não conseguir atendimento médico ou não quiser, ele telefona para um número que tem um médico de plantão, o médico mete um aparelho de lá para cá, faz um exame de raios X, manda examinar a garganta com fotografia pelo celular e dá receita e dá o tratamento! Os médicos já não estavam examinando muito. Não, todos, claro! A maioria são gloriosos, maravilhosos, mas um grupo importante de médicos não examina os seus pacientes; os residentes quase não examinam seus pacientes – agora, com o Telessaúde, não vão examinar mesmo. Eu quero ver eles fazerem um parto ou uma cirurgia pelo Telessaúde, parece que vão. Eu não sei quem vai atender lá na frente, se vai ter um enfermeiro, um auxiliar, um transeunte, qual pessoa que vai fazer o atendimento orientado pelo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) É importante o Telessaúde, seria uma estupidez que um médico de ponta, 42 anos na medicina, dizer que não é importante, claro que é importante. É importante o Telessaúde, agora, para marcação de consulta não vai ser importante, as consultas vão acabar indo para o Hospital Conceição e para o Hospital de Clínicas. Ele é importante, mas não para ser a primeira escolha de atendimento do brasileiro. Querem acabar com o SUS, vai por mim. Alguma coisa está para acontecer no reino da

---

---

Dinamarca. Não é possível que o Telessaúde vá mandar no Brasil. Ele é importante, a tecnologia é importante, mas a mão do clínico, o abraço do clínico, a mão na testa para ver a temperatura faz parte do atendimento. Não podemos negar o atendimento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu até não subiria nesta tribuna, mas, quando vi V. Exa. presidindo esta sessão, achei interessante tirar uma foto, porque a intenção que vale é a foto, não é o áudio, para o Ver. Pujol.

Eu também queria aproveitar para dizer ao Ver. Sgarbossa e a quem o sucedeu, Ver. Janta, que eu, por exemplo, se fosse elogiar o aniversário do meu partido, já chegaria pedindo desculpas pelo Renan, pelo Jucá, pelo Cunha, por todos esses ladrões da pátria. Eu acho que o Ver. Sgarbossa também deveria fazê-lo. “Olha, hoje o PT completa 39 anos, mas quero pedir desculpas pela roubalheira do Lula, do Zé Dirceu, do fulano, do beltrano...” Não tem como decorar o nome deles! Então, acho que seria bom a gente aqui fazer um mea-culpa e dizer: “olha, estamos de aniversário, mas a metade está na Papuda, está no Paraná.” Esses vão fazer um bolo separado – já fizeram bolos demais aqui neste País, não tem mais lugar. Olha, acho que todos os partidos – aí falo do meu, do teu, de todos – chegaram ao fundo do poço. E não é o Ver. Sgarbossa, meu querido conterrâneo, esse não. Aliás, aqui na Câmara de Vereadores, a bancada do PT é composta por pessoas dignas, sérias – faço questão de dizer isso! Vício de origem, socorre-me aqui o Ver. Cassiá Carpes, mas são bem intencionados. Agora, eu gostaria tanto de cantar “parabéns a você” para um partido que faz 39 anos, mas eu não consigo. Eu reconheço, como diria o Gildo de Freitas, a minha grossura, mas não posso cantar “parabéns a você” nesta data para lembrar os acontecimentos que o PT causou ao Brasil. O PT conseguiu administrar o município de Vacaria e destruiu Vacaria; administrou o município de Bento Gonçalves e destruiu Bento Gonçalves; administrou Gravataí e destruiu Gravataí; administrou Alvorada e destruiu Alvorada; administrou Esteio e quase acabou com Esteio; administrou Viamão e afundou Viamão. Aqui em Porto Alegre, não

---

pág. 49

---

precisamos falar. Nós estamos há alguns anos tentando recuperar esta Cidade que foi afundada pelo PT. Eles pensam que fundaram Porto Alegre, mas esqueceram do “a”: afundaram!

Então, lamentavelmente, neste dia, ou nesta homenagem que o meu amigo, conterrâneo, Ver. Marcelo Sgarbossa fez ao seu partido, PT, que é legítimo – é legítimo! –, digo que ele é um homem de coragem: subir na tribuna para dizer que o PT vai deixar saudades! Mas vai deixar saudades para quem? O PT deixa saudades para o Lula, que está numa carestia danada lá em Curitiba. Deixa saudades para o Jose Dirceu? Não, porque ele está solto, fazendo festa! E alguns outros de boa vontade do PT, porque tem bastante gente do PT de boa vontade, séria, imagina o sofrimento em que estão: sofrendo por não poderem comemorar o dia do aniversário do seu partido. Com as pessoas de bem, como o Ver. Marcelo Sgarbossa, eu me solidarizo, mas não posso cantar “parabéns a você”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu estava inscrito, coincidentemente, em Comunicações e até pensaria abrir mão da fala aqui, mas, Ver. Bosco, é incrível como um partido que foi tirado do poder... O Ver. Janta, que subiu aqui, botou uns *outdoors* na Cidade: “*Impeachment Já*”. Está respondendo na justiça até hoje...

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Foi absolvido, que bom, Ver. Janta, em segunda e terceira instância, quem bom! Mas eu sempre lembrarei daqueles seus *outdoors*: “*Impeachment Já*”, tentando talvez capitalizar, naquele momento político intenso, que nós chamamos, sim, de golpe. Vejam, o partido – e é verdade – teve que se aliar com o Temer e com o PMDB, Ver. Cecchim, teve que se aliar. E esse nos golpeou, golpeou o Brasil, adotou uma outra política da qual discordamos, a chamada Ponte para o Futuro, do seu partido MDB. E o mais incrível é que, na última campanha, a frase era

---

essa: “Foram vocês que escolheram o Temer”. Sim, fomos nós, tivemos que fazer essa aliança, pensando no bem do povo. E quem nos golpeou, depois, era dito que éramos nós. Nós não estamos mais no governo desde agosto de 2016, com o golpe ocorrido no Brasil contra a ex-Presidenta Dilma, que sequer processo tem, já que tanto se falou em corrupção. Então, o Ver. Cecchim diz aquilo que no Grande Expediente eu falei, que eu acho um equívoco. Ele diz: “Eu teria que pedir perdão para o meu partido”. O senhor deve fazer essa discussão internamente. Agora, a pergunta é: por que é que o senhor está no MDB? Que agora mudou de nome, não é mais PMDB, é MDB. Como estão falando mal dos partidos políticos, alguns partidos estão colocando o nome sem colocar partido na frente. Então, vejam, esse argumento de dizer “lá é ruim, o meu partido é ruim”, por que você continua nele? Nós fazemos a crítica internamente do PT, a luta interna dentro do PT. Para aqueles que conhecem um pouco da luta interna dentro de um partido, sabem o quanto ela é dura, o quanto ali se faz a autocrítica, o quanto pessoas como Olívio Dutra vêm a público dizer: “Sim, nós temos que levar um lambaço” – essa a expressão do nosso mestre Olívio Dutra. Então, Ver. Cecchim, essa de bater nas pessoas... Eu estou aqui comemorando e saudando o aniversário do partido político, uma instituição. E saúdo todos os partidos políticos que estão aqui, porque são agremiações, grupos que se unem em torno de uma ideologia comum ou, pelo menos, deveria ser, para apresentar para a sociedade programas de governo que são submetidos ao voto da população. E não fulanizo o debate, se eu fosse fulanizar o debate com o Ver. Cecchim, eu ia ter que lembrar daquela noite em que nós votávamos o projeto que tirava o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, projeto de nossa autoria, aprovado nesta Câmara, mas não com seu voto, porque, quando entrou em votação, o Ver. Cecchim saiu do plenário. Era um projeto que tratava de que as empresas que doassem para a campanha eleitoral ficariam proibidas de contratar com a Prefeitura, ou seja, para separar o dinheiro das eleições. Já que não podemos mudar via legislação municipal, porque leis eleitorais são leis federais, nós mudamos a ideia e colocamos: pode doar, mas, se doar, não contrata. Claro que, logo depois, veio a decisão do STF que proibiu a doação empresarial, então a lei ficou sem sentido, mas o fato é que o Ver. Cecchim nem se absteve daquela votação, simplesmente não votou. Eu estou dizendo isso, Ver. Cecchim, não para fulanizar ou para citar seu exemplo.

---

Eu aqui volto a falar: parablenzo o Partido dos Trabalhadores pelos 39 anos, claro que com erros e acertos. E os acertos estão espelhados nas pesquisas que davam Lula com 40% de votos estando preso! Então, há aí, no mínimo, uma dessintonia de quem acha que o partido não cumpriu uma tarefa, que 40% da população acreditava nele para ser o futuro Presidente do Brasil, mas que não foi possível por razões que aqui não tenho tempo para explicar, mas que, efetivamente, é a continuidade de um golpe que se deu em 2016. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, colegas. Eu fico ali comandando a sessão, e a gente sente falta de compartilhar os sentimentos. Eu hoje quero falar da minha indignação, que também é a indignação de milhões de brasileiros, sobre os frequentes fatos que vêm entristecendo o Brasil. O foco da minha fala hoje se resume em duas únicas palavras, mas, para ser mais precisa, eu vou registrar a palavra negligência, negligência com a vida, que vimos acontecer de forma potencializada nesses dois últimos episódios trágicos que chocaram a todos nós.

Além da tragédia com a barragem Brumadinho, que foi gravíssima, agora nós assistimos ao incêndio no alojamento do Centro de Treinamento do Flamengo no Rio de Janeiro. Eu não consigo conceber como era a consciência das pessoas responsáveis por aquele local, que, ainda em funcionamento, sabiam que era um local improvisado, vejam bem, sem autorização da Prefeitura carioca e do Corpo de Bombeiros para funcionar como um dormitório, que era formado por contêineres que tinham, na sua composição, materiais e substâncias altamente inflamáveis e que, principalmente ali, era o abrigo de sonhos de jovens promessas do clube – literalmente de sonhos, pois ali eles dormiam, descansando dos treinos diários e dos sonhos acordados sobre seus futuros. Estavam ali porque foram selecionados para treinar devido aos seus talentos e assim virarem profissionais do futebol. E a causa? Todos nós acompanhamos, nos últimos momentos, na imprensa, que a causa mais provável do incêndio foi um curto circuito no ar-condicionado, que, segundo testemunhas, o buraco reservado para os aparelhos era maior que os aparelhos

---

---

instalados e, por isso, foram colocados ali, naquele espaço que sobrava, plásticos, espumas, madeira para preenchimento. Mas o que é isso? De onde essas pessoas puderam cometer essa insanidade de colocar plásticos, espumas, madeiras para cobrir o espaço que sobrava? Por essas e por outras tantas falhas de manutenção, de atenção, de cuidado e de visão dos responsáveis, o fogo se alastrou muito rapidamente, oferecendo poucas chances para os meninos de fugir. Alguns dos meninos saíram forçando as pequenas janelas dos contêineres de lata, que viraram uma montanha de ferro retorcido. Os senhores podem imaginar uma montanha de ferros retorcidos? Dói saber que em breve eles seriam transferidos para outro alojamento e que aquela estrutura seria completamente desativada, mas não deu tempo. Dói saber que a falta de um princípio de responsabilidade, que deveria ser natural, somado à sensação de impunidade, tão bem conhecida neste País, prejudica questões práticas como prevenção e fiscalização em todas as áreas da sociedade brasileira.

Diariamente sabemos de acidentes em creches, em escolas, em obras, no transporte, em estabelecimentos comerciais, onde os prejuízos materiais nunca são tão graves quanto a perda gratuita de vidas em ocorrências que poderiam, sim, ter sido evitadas, bastasse um olhar competente e mais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para finalizar, tudo que envolve segurança, no seu sentido mais amplo, necessita, sim, de medidas mais ostensivas, tanto na prevenção quanto na solução imediata, não devendo se submeter a hipóteses e prazos de validade. A vida não tem prazo de validade. E são muitas as situações de risco que corremos diariamente, como um simples gato de luz, que ninguém vê quando é instalado; como permitir a construção de moradias em encostas que podem deslizar com fortes chuvas; como não fiscalizar as marquises da cidade; a qualidade do material das construções; das estradas. É uma infinidade de casos de que eu poderia me lembrar aqui, e nesses poucos exemplos de muitas situações que atingem a nossa sociedade está clara uma única coisa: a falta de prevenção.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR RAFÃO OLIVEIRA (PTB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, telespectadores da TVCâmara, demais presentes nas galerias; hoje eu protocolei um projeto de lei que assegura assistência jurídica gratuita para os guardas municipais, aos agentes das empresas públicas de transporte e circulação e aos fiscais da Prefeitura Municipal. Este projeto visa assegurar a defesa jurídica em relação aos atos cometidos por esses representantes municipais da lei, que, muitas vezes, ao cumprirem o seu ofício, ao serem processados civil ou criminalmente, são obrigados a contratar sua defesa de maneira particular, sem ter o apoio público, sendo que agem sempre à luz da lei e na defesa do bem público. Com a minha experiência de 27 anos de atividade policial, onde, como policial, não tenho essa assistência, todos os policiais e servidores da segurança pública, quando cometem seus atos em defesa da lei – e mesmo em defesa da lei temos de nos defender –, têm de pagar advogados. Isso gera custos, instabilidade e uma insegurança até mesmo profissional. Então, protocolo aqui e peço a gentileza, depois, da atenção dos senhores.

Na sequência, gostaria de lamentar – e só lamentar não nos cabe mais – a morte de dez jovens num lugar que foi nitidamente negligenciado pela falta de segurança. Temos de acabar com esse imprevisto na área da segurança, seja ela no ambiente em que for. Por anos morrem, em média, 990 pessoas em eventos de incêndios, morrem queimadas 990 pessoas. Agora, no ano de 2013, aumentou para 1.261. Por quê? Naquele ano, uma das maiores tragédias em nível mundial ocorreu no nosso Estado, em Santa Maria, quando 242 pessoas de uma vez só, a maioria jovens universitários, morreram. Senhores, nós estamos perdendo o melhor de nós. Nós estamos perdendo crianças, jovens, o futuro, pela negligência, pela falta de segurança! Essas pessoas, os responsáveis da Boate Kiss ainda não foram sequer julgados. Que País é este em que nós estamos vivendo? Que justiça é essa que nós queremos? Agora foram mais dez jovens! Não é possível nós comemorarmos essa justiça penal brasileira.

Nesse sentido, eu tenho um projeto, que protocolei no ano passado e que está tramitando aqui na Casa, que define, entre outras coisas, que nas escolas sejam ministradas aulas de primeiros socorros, aulas de prevenção a incêndio, aulas de defesa pessoal e aulas de

---

segurança pessoal, para as crianças saberem o que é um pedófilo, o que é um abuso sexual e a quem recorrer – um projeto contra a violência das crianças, contra a violência da mulher, contra a violência de qualquer ser humano. Isso se aprende na escola, ali, desde o início, desde pequeno. Muitas pessoas poderiam ter se salvado se soubessem como se salvar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...muitas pessoas, muitas vidas poderiam ser salvas se soubessem como proceder diante de uma situação de risco, que é essa de incêndio.

Para terminar, para aqueles que são contra as medidas do ministro Sérgio Moro, eu trago aqui um exemplo de impunidade neste País. Em agosto de 2015, Ver.<sup>a</sup> Karen, Elton Jones Freitas, na época com 25 anos, usou um facão para decepar as duas mãos e um dos pés da sua companheira. Por quê? Porque ela não o queria mais. Ele, então, decidiu cortar as duas mãos e um pé da mulher. Foi condenado a 17 anos de prisão, recorreu... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...vai para o semiaberto após decepar duas mãos e um pé de uma mulher. Não há justiça que aguarde isso. Ninguém aqui, em sã consciência, pode ser leniente com isso. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Peço perdão ao colega que eventualmente tenha sido prejudicado, porque eu só agora vim a ocupar a liderança; é que eu estava inscrito anteriormente e, solicitado pela Ver.<sup>a</sup> Mônica, concordei em assumir, como é da minha responsabilidade, a condução dos trabalhos, e agora, obviamente, exerço essa prerrogativa estabelecida no Regimento da Casa. E o faço quase que numa repetição de todas as manifestações que aqui têm ocorrido e que têm duas vertentes fundamentais. Uma, é a solidariedade natural às famílias enlutadas, aos pais, às mães, enfim, aos familiares desses jovens meninos que foram ceifados da sua adolescência e do seu sonho de se tornarem um novo astro do futebol bretão, que é a coqueluche do povo brasileiro, que tem ensejado a alguns mais afortunados da sorte e mais preparados para

---

essa finalidade se transformarem em heróis internacionais, vide o Ronaldinho e mais recentemente o Neymar. Esse sonho desses meninos acabou, e o que eu observo, Sra. Presidente, é que, junto à solidariedade nacional, ao clamor, existe uma certa leniência da sociedade brasileira com o clube mais querido do Brasil, que é o Clube de Regatas do Flamengo.

Mas vamos convir, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, que essa ganância não pode se transformar numa impunidade e na retirada da responsabilidade que também, essa agremiação, com toda a certeza, de uma forma ou de outra, tem com esse dantesco acontecimento, até porque o que informa a imprensa brasileira, que gosta muito de chafurdar sobre essas desgraças, é que o clube estaria notificado várias vezes a respeito de irregularidades nos equipamentos, no local onde alojava essas crianças. Isso tudo vem, Ver. Rafão, para consolidar o seu pronunciamento. Faz mais de ano que ocorreu em Mariana, e eu não sei até agora se alguém foi punido por aquele desastre, quando a antiga Presidente Dilma Rousseff disse que era um desastre natural, provavelmente por entender que a negligência seja da natureza humana, quando não é. Só posso entender assim. Agora, mais recentemente, Brumadinho, a mesma empresa que, nesse meio tempo, entre o desastre de Mariana e no desastre de Brumadinho, teve lucros de bilhões de dólares, fruto da exportação do minério de ferro brasileiro, e que não procurou, ao longo do tempo, se modernizar, agora anuncia: não mais usarão esse tipo de barreira, esse tipo de barragem para manter o resíduo do minério, que, sabidamente embrutece e com o tempo desgasta a fragilidade desses equipamentos, e acontecem esses episódios lamentáveis que nós estamos todos a lamentar.

Então, eu acho que o Rafão tem razão, mais do que nós ficarmos lamentando o passado – e o episódio de Santa Maria é, ainda que um tanto mais distante, dez anos atrás, outro grande exemplo –, mais do que lamentar, nós temos que criar mecanismos na ordem judiciária brasileira para que, dentro da lei, com o devido processo legal, com o direito de defesa, enfim, com tudo aquilo que a cidadania exige e merece, como respeito aos seus direitos, o processo chegue com mais brevidade, com mais eficácia e com mais eficiência aos seus finais e que a impunidade desapareça o máximo possível do quadro socioeconômico brasileiro. Isso é a maior homenagem que nós podemos oferecer àqueles, involuntariamente, transformados em vítimas nesses lamentáveis desastres que não são naturais – são frutos de incúria, de inépcia e, sobretudo, de omissão.

---

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço ao meu colega de bancada, Ver. Roberto Robaina, pela possibilidade de falar neste período de Comunicações, para tecer alguns argumentos sobre temas que estão no nosso dia a dia.

O primeiro deles é lamentar a perda que tivemos hoje do jornalista Ricardo Boechat – na minha modesta opinião, o maior jornalista da atualidade, um trabalho muito digno, competente e com muita fundamentação e racionalidade; também dos meninos do CT do Flamengo. São perdas como essas que nos fazem repensar as diretrizes com relação à análise de segurança, fiscalizações e várias outras atribuições que uma Casa Legislativa como esta também tem, o dever de fiscalizar e como podemos contribuir para a nossa sociedade e evitar perdas.

Eu gostaria também de dedicar alguns minutos, nesta tarde de hoje, a discutir um tema nesta Casa Legislativa que vem me preocupando bastante nos últimos tempos. Nós estamos com um processo bastante avançado de oferta e ampliação do ensino na modalidade a distância. O Governo Federal, desde o governo passado, de Michel Temer, tem avançado de forma muito preocupante na permissão de oferta de cursos via EAD para várias áreas do conhecimento que me preocupam demais. Eu cito, por exemplo, a área da saúde como uma das áreas em que vai haver uma perda significativa, com a colocação da vida, da integridade, da saúde da população em risco. O governo traz como diretrizes para EADs a oferta de até 70% de cursos pela modalidade a distância, sendo apenas 30% a obrigatoriedade de oferta de horas na modalidade presencial.

Senhoras e senhores, vocês conseguem imaginar um médico tendo as suas aulas da faculdade pela internet? Eu gostaria de saber como é que será a prática em cirurgia, a textura da pele humana, os órgãos internos, que apresentam diferenças de um paciente para outro, a sensibilidade do toque num exame clínico. Não vamos nos restringir apenas ao curso de medicina, vamos nos aprofundar também na área da veterinária. A medicina veterinária contempla uma ampla gama de responsabilidades sociais. A vigilância

---

---

sanitária e de alimentos garante a segurança alimentar da população, e é atribuição do médico veterinário zelar pela nossa saúde, que começa pela boca. Como fazer cadeiras de inspeção de alimentos em modalidade EAD? Como descrever todas as mudanças de coloração de alimentos em processo de deterioração? Os sentidos são extremamente importantes, eu diria, imprescindíveis, para esse treinamento: o cheiro, a visão, os aspectos, a consistência, tudo isso determina o sucesso de uma análise alimentar.

Fisioterapia. A fisioterapia é uma área essencialmente prática: ângulos, movimentos, intensidade de uma tração para colocar um órgão no lugar, ou para voltar a dar tônus a um músculo. Como treinar por educação a distância? Impossível. O que os governos têm tentado fazer é popularizar ou ampliar a oferta de cursos superiores de forma irresponsável, colocando a saúde humana em risco. Nós não podemos, como sociedade, permitir que isso avance, que isso tenha sucesso. Portanto, inicio o debate, nesta tarde, a respeito de um assunto que deve preocupar toda nossa sociedade, e esta Casa Legislativa, com 36 representantes da população de Porto Alegre não pode fugir deste debate importante. Precisamos somar forças para evitar a perda na qualidade dos cursos superiores em todas as áreas, mas, principalmente, nas áreas da saúde, pois a saúde humana não é brincadeira de criança, e não pode ser atestada ou certificada por um computador. Deixo aqui para toda esta Casa Legislativa e demais vereadores a nossa preocupação. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo as Emendas nºs 12, 13 e 14, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio das Emenda nºs 12, 13 e 14 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a alteração do nome parlamentar do Ver. Rafão Oliveira para Comissário Rafão Oliveira.

Passamos à

**PAUTA**

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, colegas. Subo à tribuna, rapidamente, para chamar atenção para um fato que me revoltou – e tenho certeza de que a Presidente Mônica também ficará revoltada. Aprendi, nesta Casa, que quando não se nomeia, colocamos todos na vala comum. Nós temos um colega aqui da Casa, não é mais colega do Legislativo municipal, que assumiu recentemente como deputado estadual, que é o Dr. Thiago. Eu fiquei horrorizado com uma entrevista que o Dr. Thiago deu ao Milton Cardoso – estou pedindo inclusive a gravação –, e eu não posso permitir isso, é mais forte do que eu, porque eu detesto, tenho horror à injustiça. Então eu vou pedir que o Dr. Thiago, hoje deputado estadual, faça um pedido de desculpas e uma retratação pelo que ele disse na entrevista da Bandeirantes. Pasmem! Ele fez uma acusação muito séria, Ver.<sup>a</sup> Mônica, a um homem que todos nós aqui aprendemos a admirar: ao ex-secretário da saúde Erno Harzheim. Ele disse que a telemedicina, que hoje soluciona muitos problemas, inclusive zerando a fila de problemas de oftalmo para as pessoas que mais precisam... Não é uma cirurgia por telemedicina, são assuntos que comprovadamente são importantes para as pessoas que mais precisam de atendimento médico em tempo real, com tecnologia, com consultoria a outros médicos que não estão presentes fisicamente. O Dr. Thiago disse que o secretário Erno defende telemedicina porque ele tem uma empresa de telemedicina! Isso é muito grave, isso é gravíssimo! E como eu, junto com vereadores aqui, aprendi a respeitar e a admirar o trabalho dedicado de vida do ex-secretário e médico Erno, que hoje presta um serviço importantíssimo no governo federal na área da saúde, eu não vou permitir que fiquem no silêncio mentiras e ilações sendo repetidas sem que ninguém, aqui, faça a defesa do Erno, que nem está mais em Porto Alegre, agora está em Brasília.

Então, faço aqui o meu registro a todos os colegas e vou pedir que o deputado Thiago faça a comprovação do que ele disse, porque é muito sério isso, me revoltou muito e não vou deixar que a história do Dr. Erno seja colocada na vala comum de um monte de pessoas que usam o poder público para enriquecimento ilícito.

Obrigado, Presidente. Eu peço desculpas pela minha forma enérgica de falar na tarde de hoje. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h13min.)